

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE ECONOMIA  
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**Heterogeneidade Estrutural e Crescimento:  
contrapontos de Aníbal Pinto, Celso Furtado e  
Francisco de Oliveira**

LUCAS BRESSAN DE ANDRADE  
matrícula nº: 111383878

ORIENTADOR(A): Prof. Maria Helena Lavinas de Moraes

AGOSTO 2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE ECONOMIA  
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**Heterogeneidade Estrutural e Crescimento:  
contrapontos de Aníbal Pinto, Celso Furtado e  
Francisco de Oliveira**

---

LUCAS BRESSAN DE ANDRADE  
matrícula nº: 111383878

ORIENTADOR(A): Prof. Maria Helena Lavinas de Moraes

AGOSTO 2015

*As opiniões expressas neste trabalho são de exclusiva responsabilidade do(a) autor(a)*

Dedico este trabalho aos meus pais, que me ajudaram a me tornar quem sou hoje e a sempre criar o meu próprio caminho.

"A economia vai avançando na busca do formalismo, na adoção dos métodos que fizeram a glória das ciências naturais.

Ora, o objeto de estudo das ciências sociais não é algo perfeitamente definido como um fenômeno natural, e sim algo em formação, sendo criado pela vida dos homens em sociedade. A ciência social admite a evidência de que a vida humana é, em grande parte, um processo criativo consciente, o que implica postular o princípio da responsabilidade moral.

Minha longa caminhada foi balizada por duas referências que creio maiores: o compromisso ético com valores universais e a confiança na liderança de forças sociais cujos interesses se confundem com os da coletividade nacional.

(...) Quando o consenso se impõe a uma sociedade, é porque ela atravessa uma era pouco criativa. Ao se afastar do consenso, o jovem economista perceberá que os caminhos já trilhados por outros são de pouca valia. Logo notará que a imaginação é um instrumento de trabalho poderoso, e que deve ser cultivada. Perderá em pouco tempo a reverência diante do que está estabelecido e compendiado. E, à medida que pensar por conta própria, com independência, conquistará a autoconfiança e perderá a perplexidade."

*("Em busca de novo modelo – reflexões sobre a crise contemporânea", 2002. Celso Furtado)*

"(O subdesenvolvimento é) um impasse histórico que espontaneamente não pode levar senão a alguma forma de catástrofe social. Somente um projeto político apoiado em conhecimento consistente da realidade social poderá romper a sua lógica perversa. Elaborar esse conhecimento é tarefa que *só a Universidade pode cumprir.*"

*("O subdesenvolvimento revisitado", 1992. Celso Furtado. Grifo nosso)*

## **AGRADECIMENTOS**

Como todo conhecimento, esse trabalho é fruto de um esforço coletivo, de inúmeras pessoas que ao longo de todos esses anos me acompanharam, ajudaram e inspiraram, de forma direta e indireta. Sendo assim, não teria como agradecer individualmente a todas, ainda que seja grato a cada uma. Ainda assim, algumas pessoas tiveram um papel especialmente importante para mim ao longo dessa jornada, o que me faz achar necessário agradecer a elas individualmente.

A primeira foi a minha professora e orientadora Lena Lavinias, que tive a sorte e o prazer de conhecer alguns anos atrás. Sou grato a ela pela oportunidade que tive de trabalhar em seus projetos de pesquisa e especialmente por todo o conhecimento e visão de mundo que obtive com sua ajuda. Foi com seu auxílio que descobri como a economia poderia ser o instrumento de transformação que buscava quando escolhi seguir essa direção e é com a sua orientação que espero seguir agora em uma nova jornada, ainda mais desafiadora, mas necessária aos meus objetivos. Da mesma forma, agradeço ao meu professor e orientador André Modenesi, com o qual também pude aprender muito ao longo dos últimos anos fazendo parte de seu grupo de pesquisa e conhecer o significado de ser um economista heterodoxo.

Também me acompanharam nessa jornada muitos amigos, que tiveram importância fundamental para mim. Entre eles, agradeço fortemente ao Eduardo Rawet, que sempre me deu um grande apoio e me ajudou a seguir em frente em momentos muito complicados. Mais do que isso, tive a oportunidade de aprender muito com ele, de diversas formas diferentes, e a debater inúmeros assuntos. Agradeço pela sorte que tive em conhecê-lo e espero poder seguir ao seu lado, mesmo agora que tomamos caminhos diferentes. Também sou grato pelo apoio que o Daniel Oliveira, meu grande amigo de infância, me deu ao longo de todos esses anos, assim como o Daniel Vainfas, o Thiago Portilho, a Ana Paula Santos, a Tatiana Madeira, entre inúmeros outros que não estão listados aqui, mas que possuem importância semelhante.

Sou grato, enfim, ao Instituto de Economia da UFRJ pela oportunidade que tive de aprender economia com uma visão crítica e plural, tão rara nas faculdades do mundo todo nos dias de hoje. Foi no IE também que pude ter contato com professores excelentes, de diversas áreas distintas, que sem dúvida foram essenciais para minha formação.

Considero fundamental lembrar, e agradecer, aquele sem o qual nunca teria tido a oportunidade de ter me tornado um economista: o povo brasileiro, que, através de suas contribuições diretas e indiretas financiaram meu estudo ao longo desses anos. Espero ser capaz de chegar a um nível em que possa retribuir a confiança que fora depositada em mim.

A todos, muito obrigado.

## RESUMO

BRESSAN DE ANDRADE, Lucas. Heterogeneidade Estrutural e Crescimento: contrapontos de Aníbal Pinto, Celso Furtado e Francisco de Oliveira. Rio de Janeiro, 2015. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

Esse trabalho tem como objetivo sistematizar o debate em torno do conceito de heterogeneidade estrutural, que surge com Aníbal Pinto e vai ser central no arcabouço da chamada “escola cepalina”. Para tal, tomamos como referencial as análises de Celso Furtado e adotamos como contraponto a crítica feita por Francisco de Oliveira, em seu livro *Crítica à Razão Dualista*. Em seguida, faz-se uma releitura crítica de ambos os autores, buscando identificar a atualidade de seus discursos, assim como a real relação existente entre os dois pensamentos e a validade da crítica de Oliveira a Furtado. Com o intuito de sedimentar o debate entre esses dois autores principais, analisam-se, de início, as origens da categoria “dualismo” através da análise das teorias de J. H. Boeke e W. Arthur Lewis, pioneiros na definição desse conceito. Também é sintetizado o conceito original de “dualidade básica da economia brasileira” para Ignácio Rangel, um dos primeiros a explorar o conceito para o caso do Brasil. Enfim, é vista com destaque a formulação da ideia de heterogeneidade estrutural por Aníbal Pinto, responsável por cunhar o conceito, que iria inspirar – e inspira até hoje - o pensamento cepalino. Concluimos com um contraste do que fora de fato observado e da situação da nossa realidade atual.

## **SÍMBOLOS, ABREVIATURAS, SIGLAS E CONVENÇÕES**

CEPAL      Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

CPL          Peso Chileno

GEICs      *Growth with Equity in Industrializing Countries*

IE           Instituto de Economia

ISI           Indústria de Substituição de Importações

PNAD      Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio

UFRJ       Universidade Federal do Rio de Janeiro



## ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO I - DA CONCEPÇÃO CLÁSSICA DE DUALIDADE AO CONCEITO DE HETEROGENEIDADE ESTRUTURAL.....	12
I.1 - A análise de Boeke e Lewis.....	13
I.2 - A visão de Ignácio Rangel sobre a Dualidade Básica da Economia Brasileira .....	16
I.2.1 - O dualismo como característica fundamental do Brasil .....	16
I.2.2 - A superação do dualismo.....	19
I.3 - Da dualidade à heterogeneidade estrutural: a teoria de Aníbal Pinto .....	21
I.3.1 - A industrialização dos países latino-americanos e o aprofundamento da heterogeneidade estrutural.....	22
I.3.2 - A ilusão da industrialização como fator homogeneizador .....	24
I.3.3 - Interações entre o setor moderno e o atrasado .....	27
I.3.4 - Do “desenvolvimento para fora” ao “desenvolvimento para dentro” .....	29
I.3.5 - A fase “difícil” da industrialização substitutiva.....	30
I.3.6 - A heterogeneidade como um obstáculo ao desenvolvimento .....	31
I.4 - Conclusão .....	37
CAPÍTULO II - A HETEROGENEIDADE ESTRUTURAL SEGUNDO CELSO FURTADO.....	40
II.1 - A relação entre modernização, subdesenvolvimento e heterogeneidade estrutural.....	40
II.2 - Comparação com os GEICs e a alternativa ao modelo concentracionista .....	42
3.3 - A heterogeneidade estrutural como um empecilho ao crescimento .....	44
II.4 – O modelo estagnacionista .....	45
II.5 - Conclusão .....	48
CAPÍTULO III - A CRÍTICA DIALÉTICA DE FRANCISCO DE OLIVEIRA .....	49
III.1 - A singular e complexa teoria dialética de Francisco de Oliveira .....	49

III.2 – O papel central do salário mínimo no processo de acumulação .....	52
III.3 – Críticas à teoria cepalina .....	55
III.4 – Outra crítica a Furtado: Tavares e Serra em “Além da Estagnação” .....	57
III.5 – Conclusão .....	60
COMENTÁRIOS CRÍTICOS FINAIS .....	62
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	66

## INTRODUÇÃO

Esse trabalho tem como objetivo central analisar o conceito utilizado por Celso Furtado de heterogeneidade estrutural, em grande parte inspirado da teoria de Aníbal Pinto, e sua relação com o crescimento da economia brasileira, dentro do arcabouço da chamada “escola cepalina”. Para tal, adotamos como contraponto a crítica feita por Francisco de Oliveira, em especial com base em seu livro *Crítica à Razão Dualista*. Em seguida, faz-se uma releitura crítica de ambos os autores, buscando identificar a atualidade de seus discursos, assim como a real relação existente entre os dois pensamentos e a validade da crítica de Oliveira a Furtado. Ainda que o conceito de heterogeneidade estrutural seja abordado de forma mais geral, nosso foco privilegia sempre o caso brasileiro, dada a maior proximidade com sua realidade atual e o direcionamento da crítica de Oliveira. Ademais, nosso corte temporal parte dos anos 1950 até os dias atuais, dada a maior intensidade dos processos descritos nesse período de tempo.

Com o intuito de entender as origens do conceito de heterogeneidade estrutural, o capítulo I faz uma breve passagem pelos autores que teriam inspirado Furtado ou formulado marcos teóricos que abordassem a problemática. Nossa análise centra-se em Boeke, Lewis, Ignácio Rangel e, com maior destaque, Aníbal Pinto. Essa seleção se deu com base em citações diretas de Furtado e Oliveira, além de observações feitas por estudiosos do tema em seus trabalhos. Os dois primeiros autores escolhidos, Boeke e Lewis, representam aqui a visão mais global do tópico, enquanto que Ignácio Rangel é apresentado como uma visão original do caso brasileiro. Aníbal Pinto, por sua vez, é sem dúvida o autor que teve mais influência sobre o pensamento de Furtado, assim como de toda CEPAL, possuindo, portanto, uma centralidade incontornável no debate por força de sua formulação teórica original.

No capítulo II vamos nos deter na análise direta da teoria de Furtado, explicitando o que o autor compreende como heterogeneidade estrutural e quais seus reflexos para a economia brasileira.

Sintetizada as ideias de Furtado, procedemos, no capítulo III, a um exame das críticas de Francisco de Oliveira ao pensamento exposto pelos cepalinos, especialmente a Celso Furtado. Apresentaremos, também, de forma resumida, a crítica de Maria da

Conceição Tavares e José Serra, que pode ser parcialmente interpretada como um complemento aos pontos levantados por Oliveira.

A conclusão resume o confronto entre os dois autores centrais, Oliveira e Furtado. Essa seção pretende pontuar a discordância entre os dois pensadores e fazer rápidas observações sobre o que a história viria, de fato, a demonstrar como realidade. Retomamos então, rapidamente, na conclusão, o cerne do trabalho, buscando uma síntese coesa e consistente de tudo o que foi apresentado.

A metodologia de nosso trabalho apoia-se, em sua maior parte, na percepção das ideias desenvolvidas pela CEPAL, desde a década de 50 até os anos mais recentes. Por limitações de espaço e tempo, privilegiaremos apenas a abordagem dada a esse tema pelos autores aqui mencionados, mesmo conhecendo a amplitude do assunto, sempre dentro da delimitação imposta por nossa bibliografia. Ademais, utilizaremos, também, conceitos empregados por Francisco de Oliveira, que possuem, em grande parte, base teórica marxista. Nossa argumentação baseia-se na análise histórico-econômica das teorias apresentadas pelos autores, nos valendo de análises críticas dos textos apresentados, assim como na busca de uma interseção entre eles.

O assunto abordado em nosso trabalho é relevante no debate latino-americano e, em especial do Brasil, notadamente para a visualização do que parece ser o futuro de nossa sociedade. Julgamos que o desafio da superação da heterogeneidade produtiva e social ainda se faz fortemente presente, apesar de sua construção datar de décadas atrás. Com isso, torna-se fundamental entender com profundidade os conceitos por trás dessa teoria, que, até o momento, tem se mostrado válida. Parece-nos fundamental, também, retomar a análise crítica feita por Francisco de Oliveira, que aborda os pontos frágeis desse debate, buscando fortalecê-lo, modificá-lo e contrastá-lo com a realidade efetivamente observada.

Por fim, dada a importância que o debate acerca da alta desigualdade e aumento da heterogeneidade tem tomado, não só em nível nacional e regional, mas também mundial, vemos esse tema não só como relevante, mas também como imperativo. Assim, nossa reflexão buscará demonstrar sua atualidade e o motivo de tal urgência na retomada desse desafio.

# **CAPÍTULO I - DA CONCEPÇÃO CLÁSSICA DE DUALIDADE AO CONCEITO DE HETEROGENEIDADE ESTRUTURAL**

A fim de compreender a visão de Celso Furtado e a posterior crítica de Francisco de Oliveira acerca da “dualidade” latino-americana é necessário, inicialmente, buscar as origens do conceito de “dualidade clássica” e sua posterior transmutação na ideia de “heterogeneidade estrutural”.

A ideia mais geral e clássica de dualidade é primeiramente estudada por diversos autores intrigados com a situação dual das economias dos países periféricos, em que coexistiriam dois setores econômicos, tal como Boeke e Lewis. Um desses setores, o “atrasado”, teria níveis de produtividade muito baixos, sendo caracterizado por uma economia primitiva, na maior parte das vezes de subsistência e voltada para dentro de si mesma, com poucas trocas. O outro setor, em contraste, seria o “moderno”, no qual o nível de produtividade relativo seria muito mais elevado, assim como o grau de acumulação de capital e todo dinamismo econômico capitalista. Aqui cabe uma observação importante. A relação entre dualidade e heterogeneidade não fica explícita na ideia desses autores denominados por nós de clássicos. Assim, nesse trabalho se parte do princípio que seria essa dualidade mencionada, a existência de polos em situações muito diferentes de desenvolvimento, que daria existência a heterogeneidade, tanto estrutural, relacionado à produtividade, quanto à social, relacionada ao grau de renda e qualidade de vida da população. Essa heterogeneidade, por sua vez, seria uma das principais responsáveis pelos altos patamares de desigualdade de renda e acesso a serviços fundamentais.

Iniciamos nossa reflexão com Boeke e Lewis. Esses dois autores são considerados expoentes importantes dessa vertente analítica e suas interpretações são baseadas no caso asiático, região que, naquele momento histórico (séculos XVIII e XIX), reunia países com um grau de desenvolvimento abaixo do que era encontrado nos países latino-americanos. Por essa razão, suas teses não podiam ser diretamente e integralmente aplicadas a países com nível de desenvolvimento interno relativamente mais elevado.

Logo em seguida destacamos a visão original de dualidade em Ignácio Rangel, de carácter muito diferente da vista pelos autores clássicos e mesmo daquela desenvolvida por Aníbal Pinto e Celso Furtado. Com um viés fortemente marxista, tal qual Francisco de Oliveira, sua teoria será considerada heterodoxa mesmo em relação ao marxismo clássico. Ainda que não seja citado diretamente pelos autores analisados nessa monografia, o trabalho de Rangel merece destaque por ter sido um dos precursores da análise da dualidade aplicada ao Brasil, representando uma visão que não pode ser ignorada. Assim, sua presença nesse trabalho se justifica pela sua capacidade inovadora e pioneira de pensar o Brasil em termos duais.

Por fim, recuperamos a teorização de Aníbal Pinto, que iria desenvolver o conceito de heterogeneidade estrutural para o caso latino-americano, tendo sido claramente influenciado pelas teorias clássicas da dualidade. Apesar de tais influências, Pinto possui um alto grau de originalidade, citando apenas superficialmente os estudiosos anteriores desse tema. Ele terá papel fundamental na visão do papel inibidor da heterogeneidade, tal qual como desenvolvida pela CEPAL, e especialmente por Celso Furtado, que aplicará muitas das ideias de Pinto ao escopo brasileiro.

Antes de prosseguir chamamos a atenção para a diferença do período histórico analisado por cada um dos autores desse capítulo, assim como as diferenças espaciais. Boeke e Lewis têm como foco de sua análise, como já mencionado, os países asiáticos colonizados ou em estado de descolonização, em torno dos séculos XVIII e XIX. Rangel, por sua vez, desenvolve um instrumental teórico voltado em grande parte para o caso brasileiro, utilizando uma ampla abordagem histórica que vai desde o século XVI, com o descobrimento do Brasil, até o século XIX. Já Aníbal Pinto prioriza uma análise que engloba todas as economias latino-americanas, estando o centro de sua análise localizada no século XX.

## **I.1 - A análise de Boeke e Lewis**

J. H. Boeke, economista holandês, é o autor que teria, de acordo com Itagakia (1968, p. 147), sido um dos primeiros a analisar o conceito de “economia dual” e a cunhar o termo “dualismo”, em seu livro “Economie van Indonesië”<sup>1</sup>, de 1953.

---

<sup>1</sup> Em tradução literal do holandês, “A Economia da Indonésia”.

Boeke, segundo Itagakia, usaria como base de sua análise a economia da Indonésia, naquele momento histórico (século XVIII) um país muito pobre e ainda com muitas heranças coloniais, generalizando, posteriormente, sua análise para outros países periféricos.

Ele afirma que a sociedade dual seria um resultado da importação do capitalismo ocidental, gerando a desintegração parcial da comunidade agrária pré-capitalista, que se manteria coexistindo parcialmente com o novo sistema (ITAGAKIA, 1968, p. 152). Mais do que isso, não haveria possibilidade de uma transição do antigo sistema para o novo, contestando, assim, a ideia de uma expansão do capitalismo através de estágios de desenvolvimento econômico.

Na visão desse autor, o dualismo iria além da questão meramente econômica, atingindo a sociedade desses países subdesenvolvidos como um todo. Ele afirma que os países que possuem essa característica dual seriam, na maior parte dos casos, sociedades heterogêneas e com baixa mobilidade social (Op. Cit., 1968, p. 153). Assim, essas particularidades fariam com que fosse necessária a formulação de uma teoria econômica mais específica, com o intuito de compreender os efeitos que tal dualidade teria, de fato, no dinamismo econômico.

Formulação mais elaborada surge com W. Arthur Lewis, que, em sua teoria de desenvolvimento econômico com mão de obra ilimitada, de 1954, atribui grande importância à dualidade, através de seu modelo de setor dual, um dos elementos centrais na sua análise dos países pobres<sup>2</sup>. Para ele, em tais países, e em especial nos asiáticos, foco de sua análise, não seria possível aplicar os pressupostos das teorias neoclássicas e keynesianas, dada uma série de características específicas de tais países (LEWIS, 1954, p. 1).

Um dos principais motivos de tal excepcionalidade seria a existência de dois setores dentro da economia desses países: um setor de subsistência, com produtividade próxima a zero, e um setor capitalista, com mais alta produtividade. A passagem dos trabalhadores para o setor capitalista dependeria fortemente do aumento da disponibilidade de capital existente e os salários dentro desse setor seriam determinados diretamente pelo nível mínimo de ganho possível no setor atrasado. (LEWIS, 1954, p. 2;

---

<sup>2</sup> Para mais detalhes, ver FIELDS (2004).

5) Essa dinâmica dos salários seria fundamental para a expansão do sistema, uma vez que, além de levar a tentativa dos capitalistas em manter esse ganho possível no setor de subsistência o mais baixo possível (dado o seu impacto nos salários), ele também refletiria na acumulação de capital através do aumento dos lucros. Seria isso que daria impulso ao crescimento do produto nacional e à expansão de toda a economia, com o uso cada vez maior de capital, que, como já mencionado, levaria a uma contínua passagem de trabalhadores de um setor para o outro.

Esse aumento do setor capitalista levaria a uma elevação inicial da desigualdade de renda, que, entretanto, não geraria necessariamente um crescimento da taxa de expansão, dado a necessidade de poupança, que só existiria e se ampliaria com o desenvolvimento constante do setor capitalista e a consequente participação crescente dos lucros no produto nacional. Em economias em um estado mais avançado, o sistema monetário também ganharia certa importância ao complementar a poupança obtida através dos lucros.

O crescimento desses países iria, então, se manter até o momento em que acumulação de capital atingisse o mesmo patamar que o nível populacional, ou então por outros motivos específicos, em especial uma elevação da produtividade no setor de subsistência, o que também aumentaria os salários e reduziria a taxa de acumulação do setor capitalista. (LEWIS, 1954, p. 20) Por outro lado, caso o setor capitalista não produzisse alimentos, o efeito oposto poderia ocorrer, dado que os preços desses produtos poderiam também elevar os salários. Assim, seria fundamental que o crescimento da indústria acompanhasse o crescimento do setor agrário, a fim de evitar uma estagnação econômica ou uma desaceleração do crescimento.

Em um cenário de desenvolvimento mais avançado, uma abertura da economia também poderia contribuir para a manutenção dos salários a níveis mais baixos, tanto pela exportação de capital excedente (em relação ao nível de mão de obra), quanto pela redução dos custos dos alimentos. Isso iria contribuir para a continuidade do processo de *catching up* dessas economias com a dos países desenvolvidos.

Dessa forma, a teoria de Lewis acabaria sendo em grande parte complementar à de Boeke dentro do escopo aqui apresentado. Como será visto no capítulo II, as ideias de Lewis terão um papel importante na formulação do pensamento de Furtado, que



citaria o autor diversas vezes, mesmo, que se opusesse à aplicação de sua teoria ao caso latino-americano e, especialmente, brasileiro.

## **I.2 - A visão de Ignácio Rangel sobre a Dualidade Básica da Economia Brasileira**

Em seu livro “A Dualidade Básica da Economia Brasileira”, publicado em 1957, Ignácio Rangel iria expor pela primeira vez a sua teoria básica sobre a existência de uma grande dualidade existente na economia brasileira, assim como os posteriores efeitos que a mesma teria sobre sua formação. A teoria, elaborada nesse livro, viria a ser complementada por seu outro trabalho, “História da Dualidade Brasileira”, publicado em 1981, deixando mais claro alguns dos conceitos utilizados por ele. Entretanto, como apontado por Rego e Bresser-pereira (2014), apesar desse novo trabalho sua teoria da dualidade básica da economia brasileira ainda guardaria algumas lacunas.

### **I.2.1 - O dualismo como característica fundamental do Brasil**

Segundo Rangel (1957, p. 15), a peculiaridade brasileira estaria na existência de uma dualidade, que compreenderia o caráter duplo dos elementos de nossa economia, isto é, da indústria, do latifúndio, do comércio, do capital, do trabalho e da própria economia nacional como um todo. No âmago dessa dualidade estaria o contraste entre a visão interna desses elementos, ou seja, das relações existentes dentro do próprio Brasil, com a relação externa, do país com as economias estrangeiras e do comércio derivado das trocas internacionais.

Em sua visão, a economia deveria ser sempre apreendida numa perspectiva histórica, dada sua variação de acordo com o modo de produção existente. Por conta disso, não seria possível servir-se das mesmas lentes analíticas para estudar economias em estágios diferentes de desenvolvimento, dado que as “leis de funcionamento” de cada uma delas seriam distintas.

Assim, em uma economia que fosse moderna e antiga ao mesmo tempo, isto é, em que houvesse contemporaneidade desses dois elementos, interagindo, haveria leis diferentes atuando em cada um desses estágios. Entretanto, forte por causa dessa interação, a articulação entre setores modernos e atrasados permitiria a relação com a economia mundial. Esse seria o caso do Brasil ao longo de toda a sua história

econômica pós-colonização. Em sua opinião, a existência de dois setores diferentes dentro do sistema econômico nacional deve ser assim percebida:

“A economia brasileira tem, portanto, um setor capitalista e outro pré-capitalista. O próprio setor capitalista, no entanto, não é homogêneo, uma vez que, como elemento do mercado mundial, o Brasil é parte de um sistema econômico avançado, representando assim um capitalismo que perdeu a capacidade de reajustamento automático e se acha no ramo descendente de sua curva evolutiva. Por outro lado, internamente, a própria crise mundial do capitalismo está fazendo surgir um vigoroso capitalismo nacional, com uma problemática própria, centrada não na procura, mas na oferta, à maneira clássica. O capitalismo nacional desenvolve-se na base da substituição de importações, mas de tal modo que cada substituição feita induz e precipita novas inversões em substituição de importações.” (RANGEL, 1957, p. 25)

Entre os muitos exemplos possíveis dessa relação, teríamos a dissolução da economia seminatural do Nordeste, que resultaria em uma superpopulação agrária, que migraria para os mercados de trabalhos de São Paulo e do Rio de Janeiro, essencialmente capitalistas.

Mais importante do que identificar a coexistência na economia brasileira de diversas etapas de desenvolvimento, seria, segundo Rangel, entender a correlação entre essas diferentes etapas. O Brasil reuniria, por isso mesmo, características bem definidas de todas essas várias etapas do desenvolvimento humano:

“Temos o comunismo primitivo, nas tribos selvagens; certas formas mais ou menos dissimuladas de escravidão, em algumas áreas retrógradas, onde, sob a aparência de dívidas, se compram e vendem, não raro, os próprios homens; o feudalismo, em diversas formas, um pouco por todo o país; o capitalismo em todas as suas etapas: mercantil, industrial e financeiro. Além de tudo isso, o capitalismo de Estado que, do ponto de vista formal, pode ser confundido com o socialismo.” (Op. Cit., p. 25-26)

Esses diferentes sistemas econômicos dentro da economia brasileira estariam coexistindo em permanente conflito, tentando impor a predominância de sua dinâmica específica ao sistema. Ou seja, estariam em uma unidade dialética, em uma unidade de contrários. O latifúndio, em especial, não seria apenas uma economia mista, mas possuiria uma dinâmica de produção e acumulação diferente interna e externamente:

“(A) fazenda de escravos brasileira estava sujeita a duas ordens de leis: as do escravismo e as do capitalismo, e podemos passar a uma observação da máxima importância, porque comum a todas as fases de evolução da economia brasileira, isto é:

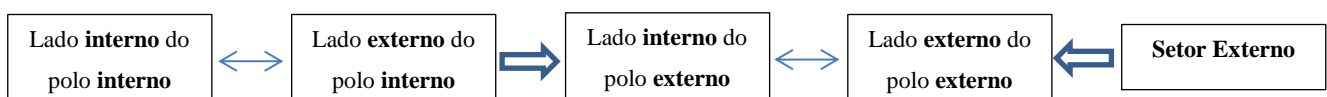
que essas duas ordens de leis governam, respectivamente, as relações internas e externas da economia. Assim, não basta dizer que o latifúndio é uma economia mista, feudal-capitalista, mas é necessário compreender que é internamente feudal e externamente capitalista.” (Op. Cit., p. 31)

Assim, a dualidade básica da econômica brasileira, a existência de duas economias dominantes ao mesmo tempo, seria uma “lei fundamental” da economia do Brasil: “A economia brasileira se rege basicamente, em todos os níveis, por duas ordens de leis tendenciais que imperam respectivamente no campo das relações internas de produção e no das relações externas de produção.” (Op. Cit., p. 33)

Rangel afirmaria que a economia brasileira possuiria três “camadas” diferentes naquele momento: a economia natural pré-capitalista, de subsistência e com quadros institucionais do latifúndio e com produtividade muito baixa; uma economia de mercado capitalista, com indústria, serviços e agricultura comercial, voltada tanto para o mercado externo quanto o interno; e o comércio externo, que colocaria a economia nacional em contato com o resto do mundo, com grande presença de capital estrangeiro. Essas três formações socioeconômicas se oporiam duas a duas, originando duas dualidades diferentes. A primeira seria do setor pré-capitalista com a economia de mercado capitalista, com a passagem gradual do primeiro para o segundo. Já a segunda dualidade seria entre o mercado capitalista e o comércio externo, através do processo de substituição de importações. Seria nessa segunda etapa que através de uma crise de balanço de pagamentos surgiria um processo de desenvolvimento capitalista, mais intenso. Ou seja, Rangel parece sugerir que o desenvolvimento econômico seria resultado da (continua) superação dessa segunda dualidade.

A figura abaixo deixa mais clara essa divisão em polos sugerida por Rangel.

Figura 1



Fonte: elaboração própria.

### I.2.2 - A superação do dualismo

Rangel aponta que, com o tempo e o desenvolvimento das forças produtivas, o setor mais capitalista, com nível de produção superior, tenderia a prevalecer e, eventualmente, a substituir o polo vigente no setor inferior, ainda que isso não representasse um movimento obrigatório. O desenvolvimento do capitalismo nacional agiria com uma força muito grande em direção a uma homogeneização da economia, o que, entretanto, não seria um resultado passível de ser alcançado no curto prazo. A dialética da transformação capitalista é que esta tende à homogeneização, mas reproduz assimetrias e diferenciais. Assim:

“Os termos da antinomia mudam, portanto, ao passarmos de uma estrutura para outra, no espaço ou no tempo, embora perdue a própria antinomia. Certamente esse estado de coisas não é eterno. O desenvolvimento do capitalismo nacional age poderosamente no sentido da *homogeneização* da economia, mas esse resultado não pode ser alcançado a curto prazo.” (Op. Cit., p. 37, grifo nosso)

Ao contrário, o que estaria ocorrendo em sua época (anos 50) seria um processo de desenvolvimento desigual de diversas partes do país, levando ao subdesenvolvimento de uma região em relação às outras, promovendo novas dualidades.

Rangel aponta que a origem da dualidade brasileira seria externa, dado que a condição de economia complementar ou periférica faria com que o Brasil tivesse que se ajustar a uma economia externa diferente da sua própria interna. Assim, “(a) rigor, nossa história acompanha *pari passu* a história do capitalismo mundial, fazendo eco às suas vicissitudes. O mercantilismo nos descobriu, o industrialismo nos deu a independência e o capitalismo financeiro, a república.” (Op. Cit., p. 37-38)

Essa dinâmica de reprodução das dualidades, vista por seu prisma, seria um entrave ao crescimento e ao desenvolvimento capitalista do país, dado que não há simultaneidade e coordenação nesse processo. Afirma Rangel:

“(O) aspecto interno e o externo podem envelhecer em momentos diferentes ou, noutros termos, (que) a substituição de uma estrutura por outra não se processará obrigatoriamente no campo interno e no externo ao mesmo tempo.

Com efeito, o estrangulamento da produção pode ocorrer por motivos endógenos ou exógenos. Em dado momento, muito embora o mercado mundial ofereça oportunidade e estímulo ao desenvolvimento de nossa produção e o aparelho existente possa propiciar um comércio muito maior e melhor, podemos entrar em crise pelo fato

de estar nossa produção organizada de forma a não permitir essa expansão. Ao contrário, a estrutura interna pode revelar-se capaz de viabilizar e permitir expansão muito maior, mas as relações econômicas externas, quer por causa de deficiência do nosso aparelho comerciante, quer por força de condições insatisfatórias, para nós, no mercado mundial, serem tais que impeçam o desenvolvimento ulterior.

Nos dois casos, o resultado será sempre o mesmo: uma crise profunda e aguda que não se poderá resolver senão à custa de mudanças estruturais. Mas, um exame pormenorizado se faz mister, porque, se a insuficiência estiver nas relações internas como na crise que teve seu desfecho na Abolição e na República, a reforma de estrutura terá que se processar necessariamente aí. Inversamente, no caso de residir a insuficiência nas relações externas.” (Op. Cit., p. 41)

Ou seja, existiria, dentro desse sistema, uma contradição intrínseca que dificultaria o desenvolvimento, tornando a dualidade uma característica problemática ao processo de expansão da economia nacional, dado o surgimento constante de crises. Ao mesmo tempo, entretanto, parece ser exatamente nesses momentos de crise que as mudanças estruturais poderiam se fazer presentes, dada a necessidade de adaptação ao setor externo. Essa ideia será posteriormente criticada por Oliveira, que enxergaria outra funcionalidade dentro dessa divisão entre um setor moderno e outro arcaico, que não dependeria necessariamente de uma crise para se expor.

Para Rangel, a única forma de corrigir esse problema seria realizar um planejamento capaz de retificar as insuficiências estruturais ou suplantá-las as crises do regime. Além disso, o problema dual apontado por ele deveria ter, também, uma solução que considerasse, com políticas diferentes, cada polo distinto da economia. Um exemplo seria o liberalismo versus o estadismo, aplicável de forma diferente de acordo com o polo que se estivesse tratando. (Op. Cit., p. 42; p. 102-103)

O autor deixa clara a relação de dependência da economia nacional com as economias dos mercados servidos pelo Brasil, o que seria um fator de crises recorrentes. Essas crises poderiam resultar tanto na consolidação do setor interno ou na sua metamorfose, caso o mesmo deixasse de ser compatível com o exigido pelo setor externo. Essas modificações do setor interno e externo da economia, entretanto, não se dariam em simultâneo.

Tal formulação específica se aproxima em parte da furtadiana, que enxergaria na superação da heterogeneidade estrutural, resultado do dualismo, uma condição

necessária para evitar uma estagnação da economia nacional. Francisco de Oliveira, ao contrário, se oporia à tese desses autores, por perceber nessa dualidade exatamente o mecanismo de reprodução do sistema capitalista nacional, e não necessariamente uma fonte recorrente de crises.

Rangel observa que o processo de desenvolvimento, embora entravado, acabaria sendo beneficiado pela dualidade – inicialmente, ao menos - com a liberação de mão de obra da esfera mais atrasada da economia para a mais moderna. Ainda que não deixe esse ponto claro, é possível supor que o resultado disso seria, para ele, uma redução dos salários, especialmente dos setores menos especializados (dado o excesso de oferta), elevando a acumulação de capital.

A teoria de Rangel apenas tangencia a dos outros autores expostos nesse trabalho. Isso, entretanto, não reduz seu grau de importância, dado que ele teria sido o primeiro a enxergar o Brasil como um grande conjunto de dualidades, o que teria consequências importantes em toda a sua análise do país. Esses outros não citam diretamente Rangel. Porém, dada sua importância e originalidade, é possível supor que eles tenham sofrido alguma influência de sua concepção dual na formulação de suas ideias.

### **I.3 - Da dualidade à heterogeneidade estrutural: a teoria de Aníbal Pinto**

Pinto possui uma análise cujo foco é a América Latina, ainda que sua teoria possa, também, ser aplicada a outros países em regiões periféricas com níveis relativamente mais elevados de desenvolvimento econômico.

Como previamente afirmado, esse autor é o primeiro a cunhar a expressão “heterogeneidade estrutural”, expressão que representa a forte dualidade entre um setor moderno e um arcaico existente nas economias periféricas, ambos com peso estrutural na sua constituição. Assim, a base da heterogeneidade se encontraria na estrutura econômica desses países. Ainda que explorada em outros ensaios, Pinto domina sua teoria sobre heterogeneidade especialmente em seu trabalho “Heterogeneidade Estrutural e Modelo de Desenvolvimento Recente”, de 1970(A).

Para Pinto, a concepção econômica do dualismo estaria relacionada com o caso extremado das economias primário-exportadoras, dada a separação *quase completa* entre o “complexo” exportador e o “resto” da economia. Esse complexo exportador, ainda que dentro do país, seria, na verdade, uma extensão do sistema “central” externo. Assim, enquanto o completo exportador cresceria para e de fora, a parte restante da economia vegetaria, sem estímulos que não fossem endógenos.

O principal delineador dessa heterogeneidade estrutural seriam os radicais desníveis de produtividade e as relações ou comunicação entre o setor exportador e o resto, e não, por exemplo, o predomínio ou diferenças quanto às relações capitalistas ou “feudais” ou a integração ou não num sistema político-nacional. Logo, não se trata de distintos modos de produção, mas de uma desigualdade estrutural inerente à lógica de reprodução capitalista na periferia. Em alguns casos a separação entre os dois setores seria quase plena, com regiões incorporadas ou marginalizadas do comércio exterior. É interessante notar como, especialmente nesse ponto, a teoria de Aníbal Pinto se distancia da concepção de Rangel, que via na relação entre dois setores em “etapas econômicas distintas” a principal existência da dualidade.

### **I.3.1 - A industrialização dos países latino-americanos e o aprofundamento da heterogeneidade estrutural**

A industrialização da periferia, entretanto, teria tornando a questão da heterogeneidade estrutural mais complexa. A diversificação produtiva chamada por ele de “para dentro” teria levado “ao surgimento e fortalecimento de um setor não exportador, ‘modernizado’ e ‘capitalista’, com níveis de produtividade substancialmente superiores à média do sistema e semelhantes (ao menos em termos de preços nacionais) aos do complexo exportador”. (PINTO, 1979 [1970A], p. 45-46)

Com essa industrialização a estrutura produtiva da América Latina teria se decomposto em três grandes estratos. O primeiro deles seria um setor “primitivo”, com níveis de produtividade e renda per capita iguais ou semelhantes aos da economia colonial ou até mesmo da pré-colombiana. O segundo setor seria o extremo oposto do primeiro, sendo um “polo moderno” composto por atividades de exportação, industriais e de serviços, tendo níveis de produtividade semelhantes aos das economias desenvolvidas. Haveria, ainda, um terceiro estrato, “intermediário”, que teria uma produtividade próxima à média nacional. Cabe destacar que, para Pinto, o caráter

multidimensional inerente a cada um desses estratos explicaria por que a heterogeneidade não se restringia a assimetrias entre o mundo urbano e o rural.

As diferenças de produtividade entre esses três setores seriam muito elevadas, especialmente em comparação com os países desenvolvidos, onde haveria certa homogeneidade setorial. Assim, enquanto as economias latino-americanas teriam uma descontinuidade de produtividade muito patente entre os seus diversos setores, nas economias industrializadas haveria uma marcante homogeneidade (ainda que não absoluta, mas tendencial). Essa diferença é demonstrada por Pinto através de dados empíricos que comparam a produtividade dos diversos setores da economia desses países, como pode ser visualizado na tabela 1 abaixo. Esses dados deixam bem clara a diferença que existiria nos países com renda média mais elevada em relação à participação dos grupos com 50% menos de renda. Nesses países mais ricos a metade mais pobre da população não só possuiria uma parcela maior na renda pessoal total, como sua renda média se encontraria mais próxima daquela observada na média do país.

Ademais, nos países latino-americanos (e no mundo subdesenvolvido em geral) a grande maioria da população ainda vivia nas áreas atrasadas e marginalizadas da economia, ao contrário do que ocorreria nos países centrais, onde essa fração seria pequena ou insignificante.

É fundamental destacar, também, como a *descontinuidade* entre os níveis de produtividade é um fator central em sua teoria. É exatamente esse o elemento que traz à tona a questão da “heterogeneidade”, dado o grande distanciamento no que tange o desempenho entre os diversos setores econômicos dentro de uma mesma economia.



**Tabela 1**

Situação de 50% das unidades que recebem menos renda em alguns países latino-americanos				
Países	Participação do grupo na renda pessoal total	Proporção da renda média do grupo em relação à renda média do país	Renda média do grupo <sup>1</sup>	Renda média do país <sup>2</sup>
Chile (1968)	18,9	37,8	260	690
México (1963/64)	15,4	30,8	220	708
Venezuela (1962)	14,3	28,6	210	740
Argentina (1961)	20,5	41,0	450	1.105
El Salvador (1961)	16,0	32,0	110	352
Costa Rica (1961)	18,0	36,0	220	611
Brasil (1970)	12,3	24,6	100	415
Rep. Fed. da Alemanha (1964)	21,9	43,8	740	1.682
Noruega (1963)	25,1	50,2	910	1.808
América Latina (por volta de 1960)	13,4	26,8	145	542

<sup>1</sup> Corresponde à renda nacional per capita de 1970 expressa em dólares de 1960.

<sup>2</sup> Corresponde ao ano de 1968.

Fonte: Estimativas da CEPAL. Reproduzido de PINTO, 1979 [1970A], p. 54.

### **I.3.2 - A ilusão da industrialização como fator homogeneizador**

Na visão de Pinto, os países centrais se destacariam por apresentar uma tendência de longo prazo de homogeneização cada vez maior do sistema produtivo e da sociedade que se replicaria em quase todos os planos. Esse fenômeno não teria se dado de maneira uniforme, mas sim através do surgimento de alguns “setores líderes”, que teriam “arrastado” os demais para níveis mais elevados de produtividade. Entretanto, tal tendência não teria sido totalmente espontânea ou natural, mas sim resultado de políticas econômicas e sociais, colocadas em prática especialmente no pós-guerra. Ou seja, Pinto deixa claro que mesmo nos países centrais o Estado teve um papel fundamental na redução do *gap* existente entre os diversos setores da economia e entre grupos sociais.

Ele afirma que essa experiência nos países desenvolvidos teria em parte inspirado os defensores latino-americanos da industrialização a sugerirem que esse processo fosse incentivado pelo Estado (Op. Cit., p. 49). Dessa forma, “partia-se da suposição de que o novo ‘polo’ estabelecido em volta da indústria e projetado ‘para dentro’ iria cumprir a missão ‘homogeneizadora’, semelhante à registrada nos ‘centros’”. (Op. Cit., p. 49) Em outras palavras, a indústria passaria a ganhar, dentro dessa linha de pensamento, uma importância fundamental na reversão dos desníveis agudos de produtividade (a heterogeneidade estrutural) entre os diversos setores da

economia, atuando como fator homogeneizador através de setores líderes, "arrastando" outros, atrasados, à semelhança da experiência histórica nos países desenvolvidos.

Inicialmente, segundo Pinto, teria havido uma ilusão de que a industrialização estaria, de fato, levando a uma redução da heterogeneidade estrutural, o que, entretanto, não teria passado a condizer com a realidade, ocorrendo na realidade o seu *aprofundamento*. Entre os fatores que teriam levado a essa quebra de expectativa, emperrando o processo de homogeneização, aponta a falta de consolidação de um ritmo contínuo de desenvolvimento e a dependência permanente em relação ao exterior. Mais importante, no entanto, teria sido a marginalização de grandes segmentos da população e da estrutura produtiva dos avanços obtidos nos “polos modernos”. Assim, teria ocorrido “(uma) concentração dos ‘frutos do progresso técnico’, em nível social, dos ‘estratos’ econômicos e em nível regional”. (Op. Cit., p. 49) Ainda mais grave do que isso para Pinto era o fato de que:

“(A) capacidade de irradiação ou atração do ‘setor moderno’ se mostrou muito menor do que a esperada, para colocar a situação de uma maneira discreta. Desse modo, em vez de um progresso no sentido da ‘homogeneização’ da estrutura global o que se apresenta é um *aprofundamento da heterogeneidade da mesma*.” (Op. Cit., p. 49-50, grifo nosso)

Um fenômeno parecido também teria ocorrido em alguns países da Europa, em especial os do sul da região, como a Itália e a Espanha, apesar de integrarem o “centro”. Isso, no entanto, se caracterizaria como uma exceção ao fenômeno geral observado nesses países mais desenvolvidos, mas refletiria também o processo de criação de periferias pelo capitalismo.

Utilizando como base uma análise de dados empíricos referentes à América Latina, retratados na tabela 2, o autor afirma que o perfil da distribuição de renda comprovaria a existência de uma grande parcela de “marginalizados” no processo de desenvolvimento, ao contrário do que teria ocorrido nos países centrais. Como demonstra a tabela, na maior parte dos países, com notável exceção da Argentina, a maior parte da população se encontrava em 1960 fora do “setor moderno” da economia, que, não obstante, representava a maior porcentagem do PIB. Esses dados deixam clara a magnitude da heterogeneidade estrutural presente nesses países, assim como a alta disparidade no nível de produtividade, aparente na baixa participação do setor primitivo no PIB total.

Ao avaliar os dados de absorção da força de trabalho nas atividades classificadas como “modernas”, seria possível perceber, ainda que de forma indireta (dado a ausência de melhores dados), que ao longo do tempo essa absorção teria desacelerado após um forte impulso inicial. Em relação à concentração espacial, fica claro que a aglutinação das atividades econômicas teria ocorrido em áreas limitadas, especialmente nas grandes cidades, que, entretanto, também não teriam sido capazes de absorver toda a população em trabalhos regulares ou associados a setores dinâmicos da economia. Dessa forma, acabou se formando uma “marginalidade urbana”.

**Tabela 2**

<b>Situação de alguns países quanto às camadas produtivas, por volta de 1960 (porcentagens)</b>				
	<b>Setor Moderno</b>		<b>Setor Primitivo</b>	
	<b>Emprego</b>	<b>Percentagem do PIB</b>	<b>Emprego</b>	<b>Percentagem do PIB</b>
<b>Argentina</b>	24	55	7	2
<b>Venezuela</b>	20	72	26	5
<b>Chile</b>	21	53	24	5
<b>México</b>	16	51	35	8
<b>Brasil</b>	14	42	42	10
<b>Peru</b>	10	40	56	14
<b>América Central</b>	7	32	60	16

Fonte: Estimativas aproximadas, com base nos antecedentes do documento de Z. Slawinsky. Reproduzido de PINTO, 1979 [1970A], p. 60.

Assim, a população à margem do desenvolvimento teria uma dupla origem, sendo parte proveniente da zona rural ou interiorana, e parte moradora das grandes cidades, mas sem estar plena e efetivamente integrada, já que vivendo de ocupações precárias e sem infraestrutura urbana adequada. Essa segmentação levaria a um aprofundamento da heterogeneidade e a tornaria ainda mais complexa, dado que as condições e problemas dos dois grupos seriam diferentes. A “periferia interna” dessas áreas modernizadas estaria próxima ao que seria um “exército de reserva”, sendo sua origem não a de um mundo rural “primitivo” de subsistência, mas sim de núcleos urbanos menores. É interessante notar, nesse ponto, como a baixa absorção dessa população marginalizada, em especial pela indústria, representa claramente o que viria a ser apontado por Oliveira como a criação de um grande exército de reserva funcional à reprodução do sistema. A ausência de uma compreensão mais clara desse aspecto por

parte de Pinto, e consequentemente da escola Cepalina, seria central na posterior crítica de Oliveira.

### **I.3.3 - Interações entre o setor moderno e o atrasado**

Os três estratos apresentados previamente - isto é, o “primitivo”, o “polo moderno” e o “intermediário” -, estariam inseridos em um contexto comum, não sendo sistemas isolados ou estanques. Essa interação poderia ser caracterizada por um “colonialismo interno”, com a exploração da “periferia interna” por parte do “centro” (ou “setor moderno”). Essa relação de espoliação se daria de diversas formas. A primeira delas seria referente à concentração dos lucros do “setor moderno”, derivados de sua crescente produtividade, que através, principalmente, dos preços de troca entre os bens primários e os manufaturados, não distribuiria seus ganhos com o polo “primitivo”. Ou seja, esse seria o mesmo fenômeno verificado em nível internacional entre os países centrais e os periféricos, agora reproduzido internamente.

A “discriminação cambial” também seria outro fator de exploração, dado que as exportações originárias da periferia interna seriam pagas com divisas supervalorizadas, sendo as mesmas que foram entregues subvalorizadas aos importadores do “centro”. Além disso, também haveria uma transferência de excedentes financeiros criados na periferia para as atividades do centro, de uma forma muito parecida com a existente fuga de capitais da periferia para os “centros” externos. Outro fator apontado por Pinto seria a possibilidade de uma desproporção na distribuição dos investimentos, tanto públicos quanto privados, em benefício do setor moderno. Essa característica estaria especialmente presente nos centros urbanos.

Embora reconheça tratar-se de uma tese polêmica, Aníbal acredita que os setores “modernos” teriam atingido um grau considerável de autonomia interna (mas não externa), em relação aos setores “primitivos” da economia, ainda que relativo e condicionado, podendo crescer e se desenvolver sem a ajuda destes. Logo, a tendência “espontânea” seria de que, sem a existência de políticas públicas, ocorresse “uma menor irradiação em direção à periferia interna e (para) uma maior concentração (ou apropriação) de seus benefícios de produtividade” (Op. Cit., p. 58) Ou seja, à época de sua análise já se distinguia um isolamento e uma autonomia cada vez maiores do centro moderno dos países periféricos em relação aos seus polos atrasados.

Analisando essa questão de forma mais detalhada, é possível perceber que Pinto aponta um assunto de grande importância e que seria fundamental para a análise de Oliveira, mas que não chega a se aprofundar nela e em suas consequências para o sistema econômico em nível nacional. Além disso, é patente como existiria aqui uma reprodução da exploração externa do sistema, entre os países periféricos e os de centro, dentro da economia nacional desses países, entre os setores atrasados e os modernos.

Pinto assinala ainda que a própria situação da América Latina seria muito diversificada, com alguns países muito mais heterogêneos que outros, sendo o Brasil um caso de destaque, como fica claro ao se observar a tabela 3. Nela, constata-se o baixo percentual da população presente nas áreas desenvolvidas, tal qual como delimitadas pelo autor (estados da Guanabara e de São Paulo). Ao se observar a série histórica em exposição, percebe-se que em 20 anos o cenário não só se modificou relativamente pouco, como houve uma passagem da população da área intermediária para a área subdesenvolvida. Seria claro para ele que o modelo de desenvolvimento em voga naquele momento na América Latina parecia levar a um cenário de agravamento da heterogeneidade estrutural, como presente na tabela, concomitantemente a outros problemas, como a elevação da dependência externa.

**Tabela 3**

<b>Brasil: Distribuição da População por Áreas de Desenvolvimento</b>							
		<b>1940</b>		<b>1960</b>		<b>1970<sup>a</sup></b>	
		<b>Em milhares</b>	<b>%</b>	<b>Em milhares</b>	<b>%</b>	<b>Em milhares</b>	<b>%</b>
<b>Área Desenvolvida<sup>b</sup></b>		8.944	22	16.282	23	22.600	24
<b>Área Subdesenvolvida<sup>c</sup></b>		15.862	38	30.007	43	38.291	40
<b>Área intermediária<sup>d</sup></b>		16.430	40	24.678	34	34.371	36
<b>Brasil</b>		41.236	100	70.967	100	95.262	100

<sup>a</sup> Projeção feita pelo IBGE.

<sup>b</sup> Estados da Guanabara e de São Paulo.

<sup>c</sup> Inclui as regiões Norte, Nordeste e os Estados da Bahia, Sergipe, Espírito Santo e Rio de Janeiro.

<sup>d</sup> Inclui os Estados do Sul — Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul —, além de Minas Gerais e da nova região de fronteira do Centro-Oeste.

Fonte: Recenseamento Demográfico de 1960. Reproduzido de PINTO, 2000 [1970C], p. 578.

### **I.3.4 - Do “desenvolvimento para fora” ao “desenvolvimento para dentro”**

No momento de sua análise, a década de 70, Pinto estimava que a América Latina passava por uma segunda fase do “desenvolvimento para dentro”<sup>3</sup>. Na visão de Pinto, na fase primário-exportadora das economias latino-americanas, denominada de “desenvolvimento para fora”, a demanda externa constituía a fonte básica de dinamismo econômico, sendo toda a economia ligada a um “setor-chave”. Além disso, haveria uma dissociação entre as estruturas de produção e de gasto (demanda). Os bens de consumo destinados aos grupos de mais alta renda eram quase todos adquiridos do exterior, assim como bens de capital. Essa contradição do modelo econômico desse período era resolvida através das importações financiadas com a renda proveniente das exportações primárias.

Já na primeira etapa do “desenvolvimento para dentro”, a força motriz da economia teria sido deslocada de fora para dentro, fazendo com que as exportações deixassem de ser o principal componente da demanda. Através do fenômeno das ISI, toda a estrutura produtiva teria se diversificado, com uma aproximação das estruturas de produção e de demanda. Nesse modelo, a distribuição de renda também tenderia a ser um pouco melhor do no modelo anterior, dada a já mencionada elevação inicial da absorção de mão de obra. Teria havido um deslocamento dos setores-chave da economia, que deixariam de ser parte do “complexo exportador” para se tornarem parte das indústrias nascentes, em especial a leve, através do processo de substituição de importações, que se transformaria no núcleo dinâmico.

Esse sistema, entretanto, assim como o antigo, também teria uma contradição básica, uma vez que “a estrutura produtiva se diversifica ‘por e para dentro’, mas não ‘para fora’”. (PINTO, 1979 [1970A], p. 63) Isto é, as transformações ocorridas na economia teriam afetado apenas o mercado interno e não a estrutura de exportação. Com isso, ter-se-ia criado uma tendência latente ao desequilíbrio externo, dado que a “industrialização substitutiva” geraria um aumento da demanda por importações. Essa demanda, entretanto, se encontraria limitada pela própria natureza da base primário-exportadora, por conta da questão das elasticidades e dos termos de troca desiguais. Assim, todo o dinamismo do sistema acabaria por ficar comprometido.

---

<sup>3</sup> A primeira sendo a indústria de substituição de importações (ISI), da década de 30 à década de 60.

### **I.3.5 - A fase “difícil” da industrialização substitutiva**

O autor sustenta que, por volta da metade para o final da década de 50, o ritmo da “industrialização substitutiva” teria se reduzido, passando de uma etapa “fácil” para outra, mais “difícil”. Entre os diversos motivos apontados para isso, os principais seriam o baixo nível dos coeficientes de importação-produto, a fragmentação das estruturas de importação e “a ‘saturação’ dos mercados para produtos ‘tradicionais’ depois de terem sido satisfeitas as demandas latentes e ‘reprimidas’ pelas restrições à importação” (Op. Cit., p. 64). Assim, a afirmação de Pinto converge para uma versão menos radical da teoria da estagnação proposta por Furtado e, como será visto com detalhes mais a frente, teria uma possível ligação com a existência da forte heterogeneidade estrutural da região.

No caso da questão da “saturação” do mercado para produtos tradicionais, isto é, de um limite da demanda, Pinto deixou claro como o caso da América Latina diferia do caso Europeu. Nos países latino-americanos essa “saturação” atingiria apenas parte da população, a de renda mais elevada, em decorrência do alto e crescente desnível de renda presente nessas sociedades, o que continuaria a excluir boa parte de sua população. Assim, uma das saídas para esse situação poderia ter sido a incorporação dos setores de baixa renda no mercado de produtos básicos. Isso, entretanto, não teria ocorrido por uma série de motivos. Entre eles, sublinha o autor, por causa do próprio processo de industrialização leve, que teria levado a uma acumulação de renda nos grupos altos e médios, aumentando o nível de desigualdade, ao invés de amenizar os desníveis já existentes anteriormente. Além disso, as políticas redistributivas da época, ao invés de permitirem a incorporação dessas camadas “de fora”, teriam apenas levado a uma redistribuição de renda entre os já assalariados, favorecendo os grupos mais organizados. Ao mesmo tempo, as políticas assistenciais teriam tido um impacto apenas marginal ou nulo na melhora da distribuição.

Caso a distribuição tivesse melhorado, teria ocorrido uma ampliação progressiva das bases de mercado, mantendo os estímulos para a industrialização voltada aos bens correntes e aprofundando as substituições no campo dos insumos básicos e dos bens de capital. Assim, Pinto deixa claro como a concentração de renda, fruto, entre outros motivos, da já elevada e crescente heterogeneidade estrutural, teria atuado como um limitador do consumo interno, se tornando, com isso, um fator de dificuldade para o

crescimento. Esse ponto seria futuramente mais explorado por Furtado, se tornando uma das bases de sua teoria estagnacionista.

Os problemas relativos ao balanço de pagamentos continuariam a ocorrer, dado que a “contradição básica” dos desequilíbrios externos não teria sido resolvida. Por isso mesmo, uma política voltada ao aumento das exportações ainda se faria necessária para evitar déficits crescentes na balança de pagamento desses países.

### **I.3.6 - A heterogeneidade como um obstáculo ao desenvolvimento**

Nessa segunda fase de desenvolvimento, interpretada como “difícil”, os investimentos estrangeiros teriam se tornado um fator de grande importância, ao mesmo tempo em que surgiria um novo “setor dinâmico”. Esses dois fatores estariam interligados, dado que o capital e o endividamento externo seriam uma alternativa à diversificação e expansão das exportações, ou seja, ao possível “desenvolvimento para fora”. Ainda assim, nessa nova fase de desenvolvimento a demanda interna continuaria sendo o “impulso motor” da economia e agora o setor-chave deixaria de estar nas indústrias “tradicionais” para passar a ser a indústria de “bens pesados”, com preços unitários relativamente mais elevados. Como demonstra muito bem Singer, esse exemplo representaria em parte o caso brasileiro no período dos anos 70 e 80 (SINGER, 1986, 34; 64). Dessa forma, os novos bens que constituiriam o componente mais dinâmico da demanda nessa fase não seriam de uso e alcance geral (ou comum), mas sim de “destino seletivo”. Isto é, eles só estariam ao alcance daqueles que possuísem um nível de renda ou poder aquisitivo relativamente mais elevado. Além disso, esses bens não seriam fruto de uma “demanda pré-existente”, não sendo, assim, resultado de uma substituição de importações, mas sim da “criação” de sua própria demanda. É interessante notar que, em uma análise posterior, Oliveira iria apontar que esse consumo das camadas mais ricas já seria suficiente para gerar crescimento econômico, o que será outro ponto fundamental de argumentação desse autor.

Pinto afirma que esse novo modelo de desenvolvimento teria por base consumidores com um nível de renda média muito superior ao anterior, com bens que seriam característicos de sociedades com um nível de consumo bem mais avançado. Logo:

“(a) ‘grande contradição’ do modelo se encontraria, assim, no fato de se estar lutando para reproduzir a estrutura de oferta da chamada ‘sociedade opulenta de



consumo’ – que foi possível devido a uma base ampla e diversificada de produção e a níveis de renda *entre US\$ 2 mil e US\$ 4 mil per capita* – em países que obviamente não contam com essa base de produção e que, por isso mesmo, apresentam rendas médias *entre US\$ 500 e menos de US\$ 1 mil por habitante*”. (PINTO, 1979 [1970A], p. 68, grifo nosso)

Essa situação, afirma, tenderia a levar a um agravamento da desigualdade e do “desvio” da estrutura produtiva em relação à renda média, ou seja, um agravamento da heterogeneidade. Com isso, Pinto coloca em dúvida a capacidade de esse modelo de desenvolvimento ser compatível com o atendimento das necessidades ou consumo da maior parte da população e de alcançar a todos os setores da sociedade.

Mais do que isso, ele iria apontar que esse modelo tenderia a levar a um agravamento da contradição anteriormente exposta por ele, de elevação do endividamento externo e da não alteração do setor exportador.

Essa nova fase de desenvolvimento também implicaria em um aumento da demanda por importações, tanto por um efeito-renda (da camada mais rica), quanto pelo novo “setor chave” apresentar um número maior de componentes importados do que o antigo “setor tradicional”. A isso se somaria o aumento da “estrangeirização” da produção, agora com uma participação crescente dos setores estrangeiros, o que levaria a um sério problema de dependência tecnológica e a alienação dos “centros de produção”. Portanto, com isso se agraria ainda mais a contradição herdada da primeira fase desse modelo de desenvolvimento “para dentro”.

Se aprofundando na contradição entre esse novo padrão de consumo e o nível médio de renda desses países, Pinto afirma que haveria um crescente custo social nessas novas formas de “consumo conspícuo<sup>4</sup>”, dada a necessidade de uma quantidade considerável de recursos humanos e capitais altamente qualificados, mesmo sendo esses nacionalmente escassos. A isso se oporia a fase anterior, em que o uso de fatores abundantes na própria economia pelas classes mais ricas seria relativamente mais elevado. Isso teria um impacto tanto na acumulação e no destino da poupança, efetiva ou potencial, como na disponibilidade de crédito. Citando um estudo da CEPAL<sup>5</sup>, Pinto demonstra como boa parte do “mercado de capitais” da época estaria voltado não para

---

<sup>4</sup> Termo criado pelo próprio autor para designar o gasto das classes de renda mais alta com bens supérfluos, o que dificultaria a formação de poupança interna e agravaria o endividamento externo.

<sup>5</sup> “El Segundo Decenio de las Naciones Unidas: Movilización de recursos internos” (1969)

investimentos produtivos, mas sim para o financiamento do consumo desses novos bens, principalmente por parte da classe mais rica da população. Assim, somente uma parte do “potencial de poupança” dos países em desenvolvimento se tornaria capital produtivo, sendo uma parcela significativa dele direcionado, também, para a ampliação do mercado de crédito para consumo e gastos com publicidade, ao invés da expansão das unidades produtivas, dado o tamanho reduzido do potencial mercado consumidor. Além disso, como esse novo “setor-chave” tende a consumir uma quantidade bem superior de recursos financeiros, haveria uma redução no potencial de formação de capital fixo e uma canalização de uma quantidade cada vez maior de “investimento real para fins com uma relativamente alta relação capital-produto” (Op. Cit., p. 73).

O conjunto desses fatores levaria a um prejuízo da dinâmica de desenvolvimento, com uma depressão da taxa de expansão do sistema, o que só poderia ser contra-arrestado com a atuação do Estado. Logo, ainda que não explicita isso, parece ficar claro que, para o autor, a falta de poupança seria decorrente do consumo conspícuo, em parte exacerbado pela heterogeneidade (social) existente na economia.

Essa fase de desenvolvimento para dentro teria efeitos perversos sobre a distribuição de renda dos países. Ele afirma, com bastante veemência, que “a contradição central entre o tipo de produção-chave e o nível médio de renda induz a uma concentração da renda e não à sua dispersão social” (Op. Cit., 74-75), em especial por conta do valor mais elevado dos novos bens “pesados”. Sua afirmação é fundamentada em diversos dados empíricos da época, provenientes de diversos países latinos americanos, que demonstram o grau de concentração de renda crescente e de como o mercado para esses novos bens estava restrito a uma pequena camada da população. Como indica a tabela 4, metade da população chilena faria parte do grupo de renda inferior, representando apenas 14% de toda a renda nacional, ao mesmo tempo que o grupo de renda superior teria quase metade de todo o rendimento do país. Como muito bem destaca Pinto, a situação nos outros países latinos americanos nesse mesmo período (década de 60) seria muito próxima a esse caso emblemático do Chile.

**Tabela 4**

A distribuição de renda no Chile, 1965 (a preços de 1969)				
	Renda média mensal (CPL <sup>1</sup> )	Número de pessoas	Porcentagem pessoas	Porcentagem renda
<b>Grupo inferior</b>	400.000	1.621	51,6	14,0
<b>Grupo médio</b>	1.500.000	1.122	35,7	36,9
<b>Grupo superior</b>	5.800.000	399	12,7	49,1
<b>Totais e médias</b>	1.500.000	3.142	100	100,0

<sup>1</sup> Peso Chileno

Nota: O salário-mínimo em Santiago subiu, em 1969, para CPL 47.750.

Fonte: O Deplan, dados arredondados e reajustados em termos da renda média pessoal de 500 dólares (ou 1500 dólares, aproximadamente, por pessoa ativa). Reproduzido de PINTO, 1979 [1970A], p. 74, com adição da sigla CPL.

Ele aponta então para uma tentativa do uso do crédito ao consumo como forma de “inflar” a gama de consumidores desses novos produtos, o que, na verdade, acabaria por apenas ajudar a concentrar ainda mais a renda, dado o endividamento crescente das famílias pertencentes aos estratos inferiores. Com isso, afirma de forma direta que “é óbvio que todos os expedientes não bastam para suplantar a ‘contradição básica’ tão enfatizada, isto é, não pode haver ‘consumo de massas’ semelhante ao das economias industrializadas onde a ‘grande massa’ *não ultrapassa os níveis de subsistência*”. (Op. Cit., 75, grifo nosso). Esse feito, segundo ele, estaria ainda mais presente em alguns países, em especial o Brasil.

A veracidade de tal análise para o caso brasileira é também demonstrada por Paul Singer, em seu livro “Repartição da Renda: Pobres e Ricos Sob o Regime Militar” (1986). Singer utiliza diversos dados empíricos para demonstrar o alto grau de concentração de renda alcançado no Brasil e o tipo de modelo de desenvolvimento em curso ao longo do mesmo período em que é feita a análise de Pinto. Os resultados ao que o autor chega são muito próximos ao observados aqui por Pinto (SINGER, 1986, p. 67).

Além do efeito perverso dessa nova fase do modelo de desenvolvimento “para dentro”, também haveria uma tendência à redução dos empregos nas indústrias de menor produtividade, que seriam mais intensivas em força de trabalho, por conta da competição com as indústrias de bens duráveis “pesados”. A distribuição regional e

espacial da produção também se alteraria, com uma clara concentração das atividades industriais em localidades específicas. O Estado tenderia a conceder benefícios a essas novas indústrias como forma de incentivo a esse modelo de desenvolvimento, ampliando a participação delas na economia.

Em uma tentativa de contrapor a perversidade desse modelo, o Estado passaria a atuar como um “agente compensador” através da concessão de transferências aos grupos marginalizados e da elevação de gastos com diversos serviços sociais focalizados. Isso, afirma Pinto, levaria a uma tendência ao aumento do gasto público e de um consequente desequilíbrio fiscal. Esse novo cenário poderia também afetar a agricultura, diminuindo a demanda efetiva por produtos agropecuários, dado que a propensão ao consumo desses produtos pelas classes mais ricas era menor, e também a uma redução dos investimentos no setor, que teria que concorrer com os altos investimentos na indústria “pesada”.

Frente a todas essas possibilidades, Pinto mostra-se cético quando ao cenário por vir:

“Com base na análise das características e implicações da ‘nova fase’, poder-se-iam extrair deduções muito pessimistas sobre sua viabilidade e perspectivas. No entanto, para se ter uma visão mais realista, é indispensável introduzir outros aspectos na discussão. Deve-se considerar, inicialmente, algumas evidências da realidade. *Entre elas encontra-se o fato de que embora as taxas de desenvolvimento dos países aqui considerados tenham sido modestas e, em geral, inferiores, às do começo da década ou final da década anterior*<sup>6</sup>, *não é menos certo que isso se deu, frequentemente, em paralelo a um comportamento muito mais satisfatório do chamado setor ‘dinâmico’ – exatamente o que parecia ser questionado à luz das observações anteriores. (...) É claro que não faltam argumentos objetivos para desconfiar das perspectivas futuras caso se mantenham as atuais condições básicas. A esse respeito, vários estudos colocaram em evidência as consideráveis dificuldades a serem enfrentadas pelo lado da formação de poupança-inversão e do financiamento externo, no caso de se querer acelerar as atuais taxas de expansão ou, inclusive, manter as recentes. De qualquer maneira, sempre permanecem abertas as possibilidades (ou esperanças) de que novos elementos aliviem ou permitam superar tais limitações*”. (PINTO, 1979 [1970A], p. 77, grifo nosso)

Percebe-se que a análise de Pinto não foi capaz de prever o “boom” de crescimento que teria lugar na América Latina no final da década de 70 e início da

---

<sup>6</sup> Final da década de 50 e início da década de 60.

década de 80 e, em especial, o “milagre econômico” brasileiro, que, como demonstrado por Singer, teria se dado exatamente sobre esse modelo de desenvolvimento criticado pelo autor (SINGER, 1986, p. 64-66). Assim, a análise de Pinto nesse momento se alinha à ideia de estagnação de Celso Furtado, ainda que este deixe aberto a possibilidade do possível surgimento de um modelo de desenvolvimento alternativo capaz de superar essa tendência. Ambas as teorias seriam, posteriormente, alvo de severas críticas por parte de Francisco de Oliveira, que negaria que esse modelo perverso representasse realmente um limitador ao crescimento e desenvolvimento dos países latino-americanos, muito pelo contrário.

Pinto estima também que essa segunda fase do modelo de desenvolvimento “para dentro” não seria capaz de atender às necessidades básicas da maior parte da população, nem que se estabelecesse um desenvolvimento autossustentado e relativamente autônomo. Explica:

“O que parece ficar claro é que há contradições patentes entre esses fins e que a atual opção pelo primeiro objetivo leva, irremediavelmente, em maior ou menor grau, à negação dos outros dois. Em outras palavras, se o objetivo buscado é uma reprodução da “sociedade opulenta de consumo” (ou de uma restringida caricatura da mesma), é óbvio que isso implicará (ou já implica) na marginalização das grandes massas (a níveis variáveis de não-participação ou privação material, de acordo com as situações nacionais) e numa crescente dependência do exterior, via a alienação de ativos, endividamento e outras derivações transparentes. (...) *Convém deixar claro que essa afirmativa não implica em que o sistema seja inviável ou esteja obrigatoriamente condenado em cada país a “parar” ou destruir-se num momento.* Cabe aqui qualquer hipótese, inclusive a daqueles que apontam mais de um regime ingrato e contraditório em muitos aspectos, mas que apresentaram uma grande duração... Parece, pelo contrário, ser legítima a suposição de que nas atuais e aparentes condições da América Latina, um esquema do tipo aqui apresentado envolva tensões e uma insatisfação social crescentes, além de oportunidades bem limitadas de sustentar um ritmo de expansão dentro dos marcos estabelecidos” (Op. Cit., p. 78, grifo nosso)

Ou seja, ainda que não demonstre uma quase completa inviabilidade desse modelo de desenvolvimento, tal como fará Furtado, Pinto continua a expor as grandes dificuldades que, em sua visão, acarretariam a continuidade dessa forma de crescimento. Essa interpretação é compartilhada com Rodríguez, em seu famoso livro “O Estruturalismo Latino-americano” (2009). Nele, destaca como a análise de Pinto não impõe uma restrição necessária ao crescimento, mas sim a sua expansão a taxas mais

elevadas e a necessidade da busca de modelos alternativos. (RODRÍGUEZ, 2009, p. 312)

Ainda que, como já demonstrado, Pinto não tenha sido capaz de perceber a funcionalidade desse sistema para o crescimento das economias latino-americanas, é possível dizer que ele estava correto ao apontar o perigo de endividamento para a sustentação desse modelo, o que iria se verificar, alguns anos depois, na crise da dívida latino-americana, ainda que suas causas sejam bem mais complexas, e polêmicas, do que as apontadas por ele.

Pinto chega a sugerir soluções e alternativas a esse modelo de desenvolvimento, apresentando o exemplo dos países centrais, que lograram realizar a criação de uma sociedade de consumo de massas em simultâneo à “homogeneização” do sistema produtivo. Isso teria se dado de forma concomitante com a incorporação dos grupos sociais aos padrões “modernos” de consumo, conseguindo tornar a marginalização de parte da população casos muitos raros e específicos.

Assim, seria fundamental a “reconversão” do setor industrial de modo a que ele pudesse, ao invés de servir apenas aos interesses e exigências do consumo “opulento”, se dedicar a transformar e difundir o progresso técnico ao resto da economia e a redimir as populações, áreas e setores atrasados. Isso não significaria, entretanto, uma dicotomia entre um tipo ou outro de indústria, mas sim uma mudança de seu pivô central para um eixo que buscasse a extensão do progresso técnico, a ampliação do mercado interno e um maior grau de autonomia e autossustentação em relação ao setor externo. Assim, a cerne do problema estaria em levar a uma melhor e proveitosa alocação dos recursos limitados existentes, dando prioridade à absolvição e criação de novas tecnologias.

## **I.4 – Conclusão**

Nesse primeiro capítulo do presente trabalho realizamos uma rápida passagem pelas teóricas clássicas da dualidade, entendidas como aquelas que trataram inicialmente do tema e serviram de inspiração para diversos outros autores. Nosso foco se deu nas teorias de Boeke e Lewis, através de uma rápida sintetização de suas ideias. Esses autores estiveram entre os primeiros a pensar a dualidade como uma característica própria dos países atrasados, ressaltando o efeito econômico que ela teoria sobre o

desenvolvimento dos *latecomers*. Essa dualidade resultaria na existência de dois polos dentro da economia, um “atrasado” e outro “moderno”, cuja relação, em especial através do fornecimento de mão de obra “ilimitada” e da taxa de salário, teria grande efeito sobre a dinâmica dessas nascentes economias. Assim, a dualidade passa de uma simples característica desses países para uma questão cuja superação é necessária para que seja possível alcançar o mesmo estado de desenvolvimento dos países ricos.

Na sequência, fizemos uma rápida análise da teoria de Ignácio Rangel sobre a “dualidade básica da economia brasileira”. Todo o aparato teórico desse autor está sustentado na sua ideia básica das duas dualidades presentes na economia, do setor pré-capitalista com a economia de mercado capitalista e do mercado capitalista e o comércio externo. Além disso, vê também uma forte influência do setor externo através de seus efeitos sobre o comércio externo. Seria essa dupla relação dual que resultaria em sucessivas e frequentes crises econômicas, cuja solução dependeria de uma atuação direta do estado, com ações específicas para cada polo diferente da economia. Assim, Rangel passa a enxergar o Brasil como uma reunião de todas essas dualidades, sendo esta uma de suas principais características, tanto no plano econômico, quanto social.

Chegamos, então, ao núcleo analítico do capítulo, com a exposição da teoria de Aníbal Pinto. Pinto foi o primeiro autor a cunhar a expressão “heterogeneidade estrutural”, inspirando praticamente todos os autores cepalinos posteriores a ele. Sua teoria está centrada no caso latino-americano, demonstrando como os países da região se caracterizam pela existência de três grandes estratos, um moderno, um atrasado e um intermediário. Após realizar uma análise de cunho histórico da evolução dessas economias, ele demonstra que, ao contrário do esperado pelo cepalinos, a industrialização não teria levado a uma superação autônoma da heterogeneidade, tendo, na realidade, agravando-a. O motivo para isso estaria no modelo de “desenvolvimento para dentro”, que, em oposição ao ocorrido nos países centrais, não teria sido capaz de absolver a maior parte da população, impedindo a criação de uma sociedade de consumo de massas. Esse modelo teria levado à formação de uma camada da população com nível de rendimento muito elevado, mas que ao mesmo tempo representava apenas uma pequena parcela da sociedade. O resultado disso seria um desequilíbrio crescente na balança de pagamentos e na conta do Estado, assim como um desvio da indústria produtiva, agora direcionada a esse mercado de renda mais elevada e acesso restrito. Isso geraria concomitantemente uma redução da poupança interna e o direcionamento

dos investimentos para esses novos setores. Tudo isso levaria a um cenário de desequilíbrios crescentes e a um aprofundamento ainda maior da heterogeneidade, deixando boa parte da população à margem do desenvolvimento.

O pensamento de todos os autores vistos nesse capítulo será de grande importância na formulação das teorias de Furtado e de Oliveira.



## **CAPÍTULO II - A HETEROGENEIDADE ESTRUTURAL SEGUNDO CELSO FURTADO**

### **II.1 - A relação entre modernização, subdesenvolvimento e heterogeneidade estrutural**

Em seus textos “Elementos de uma Teoria do Subdesenvolvimento” (1961), “O Subdesenvolvimento Revisitado” (1973A) e “Subdesenvolvimento e Dependência: as Conexões Fundamentais” (1973B), Celso Furtado define o conceito de heterogeneidade estrutural, fortemente atrelado à ideia de subdesenvolvimento e cuja origem remonta aos primeiros trabalhos desenvolvidos pela CEPAL. Ele aponta a presença marcante dessa característica no Brasil, mas também deixa claro que ela é comum a toda a América Latina. Para entender como Furtado aborda a questão, entretanto, é preciso tomar conhecimento dos conceitos de que se serviu para defini-la.

Do ponto de vista de Furtado, a modernização compreende o aumento (elevação) do progresso técnico, que levava a um consequente crescimento da produtividade. Porém, o conceito possui um significado diferente nos países periféricos, se caracterizando como “(uma forma de) assimilação do progresso técnico quase exclusivamente no plano do estilo de vida, com fraca contrapartida no que respeita ao sistema de produção” (FURTADO, 1973A, p. 4) e sem um processo de acumulação de capital (FURTADO, 2014 [1973B], p. 5). Mais do que isso, esse processo está no cerne da tendência à exacerbação das desigualdades e é a sua diferenciação entre os países centrais e periféricos que permitiria conceituar o subdesenvolvimento como:

"um desequilíbrio na assimilação dos avanços tecnológicos produzidos pelo capitalismo industrial a favor das inovações que incidem diretamente sobre o estilo de vida. Essa proclividade à absorção de inovações nos padrões de consumo tem como contrapartida atraso na adoção de métodos produtivos mais eficazes. É que os dois processos de penetração de novas técnicas se apoiam no mesmo vetor que é a acumulação." (FURTADO, 1973A, p. 5)

Ao mesmo tempo, no mundo subdesenvolvido os processos produtivos mantinham, no essencial, os padrões tradicionais, havendo até mesmo casos em que o regime de servidão ou escravidão era preservado, parcialmente ou por completo. Ou

seja, cristalizava-se a existência de duas sociedades dentro de uma; a sociedade moderna, cujo rendimento e produtividade eram elevados e que era beneficiada pela modernização; e a sociedade atrasada, cuja produtividade era baixa, assim como os salários, tendo seu nível agravado, ou mantido estável, pela modernização (FURTADO, 2014 [1973B], p. 4; 13) É exatamente nessa articulação que, para Furtado, manifestava-se a “heterogeneidade estrutural”, característica marcante das sociedades periféricas e subdesenvolvidas. Em suas palavras:

"(U)m dos paradoxos da economia subdesenvolvida está com que o seu sistema produtivo apresenta segmentos que operam com níveis tecnológicos diferentes, como se nela coexistissem épocas distintas. Os grupos sociais de alta renda requerem uma oferta baseada em tecnologia sofisticada, enquanto grandes massas de população lutam para ter acessos a bens considerados obsoletos e mesmo produzidos com tecnologia rudimentar." (FURTADO, 1973A, p.17).

A divisão internacional do trabalho daria a esses grupos da elite a capacidade de consumir bens de alta complexidade, assim como manter altas taxas de exploração (baixos salários) das classes mais pobres, na cauda da distribuição de renda.

É importante apontar que, como destaca Furtado, a renda média e per capita poderiam, e normalmente tenderiam, a aumentar, porém sem uma melhora na vida da maior parte da população, em especial nos setores marginalizados. A falta de capital interno obtido através de um processo de acumulação interna, por conta da “fuga” da acumulação de capital, seria também um grande empecilho ao desenvolvimento, assim como geraria fenômenos inflacionários crônicos. Da mesma forma, haveria uma tendência ao endividamento externo. Ambos os casos seriam gerados, em grande parte, pela situação de dependência do Estado do país periférico.

Esse teria sido um fenômeno bem diferente do ocorrido nos países centrais, onde o progresso técnico expandiu-se em uma maior velocidade e intensidade, incorporando boa parte da população, levando, conseqüentemente, a um aumento da “homogeneidade social”. Essa homogeneidade seria entendida por ele não como uma convergência dos padrões de vida da população de um país<sup>7</sup>, mas sim como uma situação em que, em suas palavras: "(os) membros de uma sociedade satisfazem de forma apropriada as

---

<sup>7</sup> A isso ele parece atribuir certa característica socialista.

necessidades de alimentação, vestuário, moradia, acesso à educação, ao lazer e a um mínimo de bens culturais." (FURTADO, 1973A, p. 2).

Nas economias centrais, a maior parte da população seria beneficiada pelos aumentos de produtividade, dada a força dos sindicatos e a maior escassez de mão de obra (FURTADO, 2014 [1973B], p. 10). Ademais, o surgimento de políticas sociais, em especial a criação do “Welfare State”, também teria levado a uma diminuição da tendência à exacerbação da desigualdade. Entretanto, mesmo que aponte certa tendência ao surgimento de mecanismos parcialmente “autônomos” de “homogeneização social”, Furtado também enfatiza a importância direta do Estado em evitar um aumento crônico da desigualdade, em especial com o aprofundamento dos sistemas de proteção social. Furtado fez uma comparação direta entre o que ocorreria nos países desenvolvidos e naqueles em desenvolvimento:

"(N)as economias desenvolvidas existe um paralelismo entre a acumulação nas forças produtivas e diretamente nos objetos de consumo. O crescimento de uma requer o avanço da outra. A raiz do subdesenvolvimento reside na desarticulação entre esses dois processos causados pela modernização." (FURTADO, 1973A, p. 5)

Assim, a modernização, tal como previamente apresentada, seria apontada como o nexo que levaria os países periféricos à sua condição de subdesenvolvimento crônico e na manutenção da heterogeneidade estrutural.

## **II.2 - Comparação com os GEICs<sup>8</sup> e a alternativa ao modelo concentracionista**

Para fundamentar suas ideias, Furtado tomou como exemplo países que partiram da mesma situação de subdesenvolvimento crônico, mas que, após uma série de processos, sempre envolvendo a intervenção do Estado, passaram a uma nova etapa, se não de pleno desenvolvimento, ao menos numa direção mais provável de sucesso. Citou explicitamente o caso da Coreia do Sul e de Taiwan, que integram a lista dos GEICs<sup>9</sup>, onde "a preocupação maior não foi com a acumulação, e sim com a *homogeneização social*." (FURTADO, 1973A, p.12, grifo nosso).

---

<sup>8</sup> “*Growth with Equity in Industrializing Countries*”

<sup>9</sup> Esses dois países seriam, na definição de Fajnzylber (1992), p. 11, parte dos GEICs.

Como se previsse o futuro, Furtado apontou o exemplo da China como um caso em que se poderia ultrapassar uma das barreiras do subdesenvolvimento, exatamente ao superar a heterogeneidade, ainda que com reduzido nível de consumo per capita. Assim, no sistema capitalista atual, "a grande maioria dos povos *terá que escolher* entre a homogeneidade em níveis modestos de consumo e um dualismo social de grau maior ou menor. Isso não significa que a pobreza seja sempre do mesmo tipo." (FURTADO, 1974A, p.14, grifo nosso). Ou seja, Furtado sugere que uma modernização simplesmente pautada no consumo de uma elite não seria capaz de superar a barreira do subdesenvolvimento, dado que ela iria na direção oposta à homogeneidade da sociedade.

Nesse sentido, somente o Estado seria capaz de fazer com que a modernização gerasse o verdadeiro desenvolvimento. Diz Furtado:

"(E)xcluída a intervenção do Estado, esse processo concentrador somente se interrompe quando escasseia a mão-de-obra e o quadro internacional permite que os trabalhadores se organizem para pressionar por melhores salários. Ora, condição necessária para que se produza a raridade de mão-de-obra é que o essencial dos aumentos de produtividade seja canalizado para a poupança e invertido em atividades criadoras de empregos. Conforme vimos, esse processo se frustra no quadro da modernização. A adoção de padrões de consumo imitados de sociedades de nível de riqueza muito superior torna inevitável o *dualismo social*." (FURTADO, 1973A, p. 15, grifo nosso).

Isso explicava o fato de a industrialização não ter sido capaz de reduzir a heterogeneidade presente na sociedade. A conclusão lógica a que ele chega é, então, que a única saída estaria em "corrigir a distância entre a penetração da moderna tecnologia no estilo de vida e nos processos produtivos. Mais precisamente: *congelar* importantes segmentos da demanda de bens finais de consumo e intensificar consideravelmente a acumulação no sistema produtivo." (FURTADO, 1973A, p. 6, grifo nosso), o que seria, mais uma vez, algo planejado e executado pelo Estado, como explicitado anteriormente. As forças do mercado não seriam capazes de alterar essa situação, mas apenas a reproduziriam e a ampliariam.

Sintetizando essas ideias, conclui:

"(A)s experiências referidas nos ensinam que a homogeneização social é condição necessária *mas não suficiente para alcançar a superação do*

*subdesenvolvimento*. Segunda condição necessária é a criação de um sistema produtivo eficaz dotado de relativa autonomia tecnológica, o que requer: (a) descentralização de decisões que somente os mercados asseguram; (b) ação orientadora do Estado dentro de uma estratégia adrede (sic) concebida; e (c) exposição à concorrência internacional. Também aprendemos que para vencer a barreira do subdesenvolvimento não se necessita alcançar os altos níveis de renda por pessoa dos atuais países desenvolvidos." (FURTADO, 1973A, p. 13. Grifo nosso.)

Assim, a superação do subdesenvolvimento não se daria de forma autônoma, o que tampouco ocorreria com a heterogeneidade estrutural. Ambos demandariam um grande planejamento e ação estatal.

### **3.3 - A heterogeneidade estrutural como um empecilho ao crescimento**

Acima salientamos que Furtado esclarece que a heterogeneidade estrutural, por si só, não impede o crescimento dos países. Entretanto, deixa claro que é um empecilho para o aumento da riqueza, especialmente quando os países tentam atingir um patamar mais elevado de desenvolvimento econômico. O país passaria a ter inevitáveis déficits crônicos em sua balança de pagamentos, fruto do consumo “supérfluo” das elites econômicas. Da mesma forma, o mercado interno incipiente levaria a ganhos de escala baixos, ou nulos, tornando uma queda de preços muito difícil e a atividade econômica “ineficiente”. Por fim, a grande parcela da população com baixa qualificação teria níveis muito reduzidos de produtividade, o que atrapalharia ainda mais o desenvolvimento dos países com esse tipo de desequilíbrio.

Portanto, a heterogeneidade estrutural levaria os países à situação de subdesenvolvimento crônico, com oscilações econômicas muito fortes, dada a dependência externa, e uma tendência inflacionária, por conta de todas as características expostas anteriormente.

Mais do que isso, ao longo prazo, caso essa situação perdurasse, o resultado seria uma possível estagnação da economia, incapaz de se expandir sem profundas mudanças estruturais. Essas mudanças deveriam exatamente alterar a forma do desenvolvimento em curso, buscando uma redução da heterogeneidade e uma maior homogeneização social.

## II.4 – O modelo estagnacionista

Em seu texto, “Um Modelo Simulado de Desenvolvimento e Estagnação na América Latina” (1969)<sup>10</sup>, escrito em parceria com Andrea Maneschi, Furtado buscava demonstrar através de uma modelagem matemática<sup>11</sup> (uma das únicas desenvolvidas pelo autor), como a concentração de renda, resultante, em sua maior parte, da heterogeneidade estrutural presente no Brasil, tenderia a levar a uma estagnação do crescimento econômico. Seu modelo seria aplicável a boa parcela da economia latino-americana, ainda que julgue sua utilização mais adequada a países que “aliam um dualismo estrutural (...) a um crescimento da capacidade de importar insuficiente para atender às necessidades de divisas” (FURTADO, 1968, p. 6), o caso do Brasil e do Chile naquele momento.

Em seu modelo, o âmago da estagnação futura estava na tendência de elevação do consumo dos grupos de renda alta em relação à renda interna bruta do país, combinada a uma consequente necessidade de investir em setores que utilizavam uma quantidade cada vez mais intensiva de capital. Isso levaria a uma crescente propensão à estagnação do crescimento dessas economias, dada, em grande parte, à ausência do capital necessário a sua expansão. Isso, entretanto, só ocorreria na fase III de expansão da economia, do limite da capacidade de substituição de importações. Essa fase seria precedida pelas fases II, de industrialização, e da fase I, de grande exportação de produtos primários.

Furtado utilizou em seu modelo uma matriz insumo-produto, responsável pela representação da estrutura da economia, que se subdividia em dez setores, nem sempre operando ao mesmo tempo. Desses setores, quatro eram agrícolas, cinco industriais e um de serviços. O primeiro dos setores agrícolas era o da agricultura tradicional (ou de subsistência), seguido do setor de exportação de produtos primários. O terceiro setor era o setor agrícola voltado para o mercado interno. Nesse agregado, havia também um setor de trabalho incorporado, que atuava na formação de capital para os setores agrícolas modernos.

---

<sup>10</sup> Um esboço das ideias presentes nesse texto se encontra em seu artigo “Development and Stagnation in Latin America: A Structuralist Approach”, escrito para a Universidade de Washington em 1965.

<sup>11</sup> Furtado reconhece a problemática da construção de tal modelo genérico, e sua drástica simplificação da realidade, mas mesmo assim decide pela utilização dessa técnica de análise.

Já no grupo dos setores industriais, havia um de bens de consumo não duráveis e intermediários (simples), um segundo de construção não habitacional, um terceiro de bens de consumo duráveis e intermediários (avançados), um quarto de maquinaria e equipamento agrícola e um quinto de maquinaria e equipamento industrial. Havia, também, um único setor de serviços, que abrangia todo o setor de governo, atividades comerciais e financeiras.

Esse modelo, contrariamente a outros modelos de crescimento com oferta ilimitada de mão de obra<sup>12</sup>, considerava o êxodo dos camponeses do setor de subsistência como tendo um impacto positivo desde o início sobre o processo de transformação estrutural da economia. Nesse caso, a mão de obra se tornava uma possível restrição ao crescimento da economia, juntamente com os bens de capital e a poupança.

Furtado utilizou um modelo de programação linear intertemporal, fechado em relação ao consumo de mão de obra e aberto em relação ao consumo dos grupos de alta renda, possuindo coeficientes expressos em termos relativos ao ano inicial da análise. Esse modelo era, na realidade, uma versão modificada do utilizado por Dorfman, Samuelson e Solow em seu trabalho intitulado “Linear Programming and Economic Analysis”, de 1958, testado em outros modelos de desenvolvimento econômico.

De forma simplificada, e um tanto quanto irrealista, Furtado considerava iguais todas as taxas de lucro da economia, mesmo dos diversos setores industriais. Da mesma forma, ele tomou todos os salários dos setores industriais como estáveis e iguais, sendo regulados pelo setor de subsistência da economia.

Após rodar seu modelo para as três fases de desenvolvimento econômico distintas (I, II e III), com base em restrições e funções de maximização específicas para cada caso, Furtado afirmou que o início do processo de substituição de importações, ocorrido na fase II, teria sua limitação alcançada na fase III, porém sem possuir ainda uma capacidade de importação grande o suficiente. Surgia, assim, um processo de estrangulamento, criado por essa ainda baixa capacidade de importar da economia, que, como demonstraria o resultado do modelo, se tornaria um limitante do pleno emprego, criando um fluxo de mão de obra de volta ao setor de subsistência da economia. Com

---

<sup>12</sup> Como o de Lewis, visto no capítulo I desse presente trabalho.

isso a economia se veria diante de um provável quadro de estagnação, com uma taxa de crescimento do rendimento interno bruto mais baixo que a taxa de crescimento da população.

A demanda existente na economia, exatamente por ser concentrada, dada a heterogeneidade estrutural, não se mostrava capaz de absorver a expansão da indústria existente, frustrando ganhos de escalas grandes o suficiente. A isso se somava o fato de que as novas faixas de substituição de importação compreendiam bens duráveis e de valor cada vez maior, necessitando de um coeficiente de capital por trabalhador também cada vez mais elevado e inexistente na economia.

O resultado seria uma perda de dinamismo econômico e uma situação de estagnação crônica, que só poderia ser alterada através de uma ação direta do Estado, que, tal como apresentado previamente, deveria atuar de forma planejada e coordenada em busca de uma redução da heterogeneidade. Uma das formas propostas para isso seria compatibilizar o consumo das classes de renda mais elevada ao rendimento médio da economia, congelando a demanda por bens de maior valor agregado.

Esse modelo criado por Furtado foi, como será visto no próximo capítulo, duramente criticado por Tavares e Serra (1972), tanto por seus pressupostos teóricos, quanto por suas conclusões. Ademais, a própria realidade observada das economias latino-americanas em períodos posteriores veio a demonstrar que as conclusões de Furtado eram, de fato, equivocadas.

É fundamental ressaltar ao final deste capítulo que, ainda que Celso Furtado tenha dado uma grande contribuição à definição e ao debate relativo à heterogeneidade estrutural, ele era apenas um dos autores dentro da Escola Cepalina a tratar desse tema. Assim como ele, Raul Prebisch (1987), Fernando Fajnzylber (1992), entre outros, também desenvolveram teorias relacionadas a esse conceito. Muitas delas se aproximam da definição usada por Furtado, ainda que não sejam idênticas. Como já mencionado, todos esses autores cepalinos teriam utilizado como base de suas teorias a já analisada definição de heterogeneidade estrutural exposta por Aníbal Pinto. Entretanto, dado a limitação de tempo e de espaço desse trabalho, decidimos omiti-las. Além disso, como a crítica de Oliveira é em grande parte direcionada a Furtado, e parte fundamental desse trabalho, consideramos que o mais recomendável seria focar, dentro da visão cepalina, apenas na análise realizada por Furtado e Aníbal Pinto.



## II.5 - Conclusão

Esse capítulo analisou o papel da heterogeneidade estrutural na teoria de Furtado e como a mesma se faz presente em sua teoria. Sua definição de heterogeneidade parte das mesmas bases teóricas definidas por Aníbal Pinto, isto é, a ideia da existência em uma mesma sociedade de estratos da população com níveis de produtividade e rendimentos muito assimétricos.

Para Furtado, essa situação era agravada pela modernização, compreendida como a assimilação por parte dos países periféricos dos ganhos de produtividade obtidos pelos países centrais através do consumo de bens de alto valor agregado. Isso faz com a industrialização deixe de ser uma medida *suficiente* para o enfrentamento da questão, se tornando, na realidade, um possível fator de aprofundamento do desnível social. Para ilustrar sua teoria, Furtado compara a situação dos países latino-americanos com a dos GEICs, que foram capazes de alcançar um nível de homogeneização social relativamente superior ao dos países que são o foco de sua análise, em especial o Brasil.

Ao desenvolver o seu modelo estagnacionista, Furtado expõe sua teoria em outros termos. Ele provaria, após uma série de manipulações, como o modelo atual se mostraria incapaz de sustentar um crescimento econômico de longo prazo e de lograr um verdadeiro desenvolvimento econômico. A única solução para a continuidade do crescimento seria a adoção de medidas corretivas por parte do Estado, que teria que agir, dentre outras formas, congelando a demanda por parte da camada mais rica da população. Como será visto no capítulo seguinte, essa teoria de Furtado será alvo de crítica por parte de Francisco de Oliveira.

## CAPÍTULO III - A CRÍTICA DIALÉTICA DE FRANCISCO DE OLIVEIRA

### III.1 - A singular e complexa teoria dialética de Francisco de Oliveira

Em seu texto “Crítica à Razão Dualista” (1973), Francisco de Oliveira fez uma crítica à teoria dualista Cepalina, em especial, à ideia de heterogeneidade estrutural, como exposta por Furtado. Ele também crítica, ao longo de seu texto, o que seria a única teoria alternativa na época, chamada por ele de “teoria do bolo”, nada mais do que uma aplicação da teoria clássica do desenvolvimento econômico, em que a homogeneização social tomaria forma naturalmente com o crescimento econômico.

Oliveira foi responsável pelo desenvolvimento de uma interpretação um tanto quanto original e complexa sobre o desenvolvimento econômico brasileiro, com base na sua formação marxista. Sua reflexão buscou compreender o motivo e a capacidade de sustentação do modo de desenvolvimento capitalista brasileiro, diverso do modelo dos países centrais. É importante ressaltar, entretanto, que Oliveira dá a entender, ao longo do texto, possuir certa afinidade com a escola cepalina<sup>13</sup>, apesar da grande quantidade de críticas que fez aos autores daquela matriz de pensamento.

Oliveira dá grande ênfase à questão das classes econômicas, ideias e ideologias na formulação de uma teoria que explicasse a *opção* pela desigualdade. É importante destacar que, para ele, a desigualdade, era, de fato, uma escolha das elites internas, sendo compatível com a divisão internacional do trabalho do mundo capitalista. Isso ficou claro na questão institucional da legislação trabalhista e da imposição de um salário mínimo baixo. Sua teoria comparou situação semelhante em outros países periféricos, tendo, entretanto, o Brasil como foco:

---

<sup>13</sup> Apesar das fortes críticas, especialmente as direcionadas a Furtado, Oliveira era seu grande admirador e amigo, tendo escrito um livro em sua homenagem: “A Navegação Venturosa: Ensaio sobre Celso Furtado” (2003).

“A coincidência não casual reside no fato de que ambas as sociedades<sup>14</sup> chegaram a situações estruturais semelhantes lato sensu mediante processos cujo denominador comum foi a ampla exploração de sua força de trabalho, fenômeno que está na base da constituição de um seleto mercado para as indústrias dinâmicas ao mesmo tempo que da distribuição desigualitariamente crescente da renda.” (OLIVEIRA, 1973, p. 30).

Sua obra, embora em campo oposto ao do estruturalismo cepalino, reconheceu que este era a única escola de pensamento passível de uma interlocução produtiva, uma vez que:

“(O)s conhecidos opositores da Cepal no Brasil e na América Latina tinham, quase sempre, a mesma filiação teórica marginalista, neoclássica e keynesiana, desvestidos apenas da paixão reformista e comprometidos com o status quo econômico, político e social da miséria e do atraso seculares latino-americanos. Como pobres papagaios, limitaram-se durante décadas a repetir os esquemas aprendidos nas universidades anglo-saxônicas sem nenhuma perspectiva crítica, sendo rigorosamente nulos seus aportes à teoria da sociedade latino-americana. Assim, ao tentar-se uma “crítica à razão dualista”, reconhece-se a impossibilidade de uma crítica semelhante aos “sem-razão”.” (Op. Cit., p. 30-31).

Sua crítica ao *framework* utilizado pela CEPAL teve como ponto de partida a ideia de que ele comportaria uma atitude um tanto quanto “ingênua” por defender reformas que não rompessem com o imperialismo e a relação de dependência por ele alimentada. Para Oliveira, a ideia era tornar a dependência mais palatável aos países periféricos, como se isso fosse, de fato, possível. Ou seja, a análise cepalina levava a um tipo de ação apenas reformista e não de modificação das estruturas existentes.

Oliveira também entendia que o dualismo entre os setores “modernos” e “atrasados” não seria uma singularidade própria dos países periféricos - como exposto por Furtado (e defendido pela quase totalidade dos autores apresentados nesse trabalho) - senão que estaria presente “*em quase todos os sistemas (dos países), como em quase todos os períodos.*” (Op. Cit. p. 33, grifo nosso). Assim, ao contrário do que defendiam os cepalinos, existia:

“(U)ma *simbiose* e uma *organicidade*, uma unidade de contrários, em que o chamado “moderno” cresce e se alimenta da existência do “atrasado”, se se quer manter a terminologia. O “subdesenvolvimento” pareceria a forma própria de ser das

---

<sup>14</sup> A sociedade mexicana e brasileira.

economias pré-industriais penetradas pelo capitalismo, em “trânsito”, portanto, para as formas mais avançadas e sedimentadas deste; todavia, uma tal postulação esquece que o “subdesenvolvimento” é precisamente uma “*produção*” da expansão do capitalismo.” (Op. Cit, p. 33, grifo nosso).

Com isso, a compreensão da interrelação essencial entre esses dois setores, o “atrasado” e o “moderno”, assim como sua relação com a expansão do capitalismo, se torna fundamental para entender toda a sua teoria. Este é um dos principais fatores que a contrapõem a todo o pensamento cepalino, especialmente ao de Furtado.

Oliveira defendeu que o subdesenvolvimento *não seria* uma simples etapa para o desenvolvimento, mas sim uma situação não somente crônica, mas *funcional* ao sistema capitalista. Com isso sua superação se tornaria um desafio muito maior e mais amplo do que o simples crescimento econômico e a expansão da economia com níveis crescentes de produtividade.

Ele também sedimentou críticas à Cepal por ignorar as relações conflitivas entre classes sociais na sua teoria sobre o subdesenvolvimento:

“(N)a grande maioria dos casos, as economias pré-industriais da América Latina foram criadas pela expansão do capitalismo mundial, como uma reserva de acumulação primitiva do sistema global; em resumo, o “sub desenvolvimento” *é uma formação capitalista e não simplesmente histórica*. Ao enfatizar o aspecto da dependência – a conhecida relação centro-periferia –, os teóricos do “modo de produção subdesenvolvido” quase deixaram de tratar os aspectos internos das estruturas de dominação que conformam as estruturas de acumulação próprias de países como o Brasil: toda a questão do desenvolvimento foi vista pelo ângulo das relações externas, e o problema transformou-se assim em uma oposição entre nações, passando despercebido o fato de que, antes de oposição entre nações, *o desenvolvimento ou o crescimento é um problema que diz respeito à oposição entre classes sociais internas*. O conjunto da teorização sobre o “modo de produção subdesenvolvido” continua a não responder quem tem a predominância: se são as leis internas de articulação que geram o “todo” ou se são as leis de ligação com o resto do sistema que comandam a estrutura de relações. (...) Curiosa mas não paradoxalmente, foi sua proeminência nos últimos decênios que contribuiu para a não-formação de uma teoria sobre o capitalismo no Brasil, cumprindo uma importante função ideológica para marginalizar perguntas do tipo “a quem serve o desenvolvimento econômico capitalista no Brasil?”.” (Op. Cit., p. 33, grifo nosso)

Assim, ao se focar apenas nas relações externas, como ocorre na teoria do sistema centro-periferia, a CEPAL teria ignorado a análise das relações de classes internas dos países da região. Essa ausência é apontada por ele como uma das causas para a não compreensão dos cepalinos do importante papel existente entre os setores “atrasados” e “modernos” para a reprodução interna dos sistemas econômicos nacionais.

### III.2 – O papel central do salário mínimo no processo de acumulação

Outro ponto fundamental na teoria de Oliveira é a importância que o nível do salário mínimo teve na formação de um permanente “exército de reserva de mão de obra”, cuja definição é muito próxima ao conceito clássico de Karl Marx (1867). Essa foi, na sua visão, uma escolha política das elites brasileiras.

Esse patamar de salário aquém do nível da reprodução foi fundamental para a acumulação capitalista, permitindo lucros altíssimos à burguesia brasileira, em especial alimentando o êxodo rural forçado, do campo para a periferia das cidades. Essa relação excedente-salários beneficiava fortemente os capitalistas em detrimento dos trabalhadores. A funcionalidade desse salário mínimo baixo estava em permitir que os empresários se vissem libertos de um mercado de concorrência perfeita, reduzindo seus custos com a mão de obra e ampliando a extração da mais valia, com lucros muito elevados. Somado a isso, esse baixo patamar também acabaria por igualar o valor da remuneração do trabalho à dos trabalhadores menos qualificados, reduzindo ainda mais o preço de produção. Dessa forma, a heterogeneidade estrutural foi *institucionalizada* nas raízes políticas da sociedade brasileira e tornou-se intensamente *funcional* a sua reprodução capitalista.

Ao Estado coube, então, um papel fundamental na facilitação da acumulação, não só pela questão do salário mínimo, mas também pela regulação de outros fatores econômicos, em especial dos preços, tendo em vista a expansão da acumulação capitalista industrial nas empresas. Da mesma forma, a agricultura desempenhou papel funcional semelhante dentro desse sistema, servindo como instrumento:

“para não (se) elevar o custo da alimentação (das massas urbanas), principalmente, e secundariamente o custo das matérias primas, e não obstaculizar, portanto, o processo

de acumulação urbano industrial. Em torno desse ponto girará a estabilidade social do sistema e de sua realização dependerá a viabilidade do processo de acumulação pela empresa capitalista industrial, fundada numa ampla expansão do “exército industrial de reserva” (OLIVEIRA, 1973, p. 42).

Assim, surgia mais uma *funcionalidade* na relação entre o setor “primitivo” da economia e o “moderno”. Oliveira demonstrou a importância fundamental que esses fatores tiveram para fomentar a acumulação capitalista no Brasil:

“(E)m outras palavras, o preço de oferta da força de trabalho urbana se compunha basicamente de dois elementos: custo da alimentação – determinado este pelo custo de reprodução da força de trabalho rural – e custo de bens e serviços propriamente urbanos; nestes, ponderava fortemente uma estranha forma de “economia de subsistência” urbana (...), tudo forçando para baixo o preço de oferta da força de trabalho urbana e, consequentemente, os salários reais. Do outro lado, a produtividade industrial crescia enormemente, o que, contraposto ao quadro da força de trabalho e ajudado pelo tipo de intervenção estatal descrito, deu margem à enorme acumulação industrial das três últimas décadas. *Nessa combinação é que está a raiz da tendência à concentração da renda na economia brasileira.*” (Op. Cit., p. 46, grifo nosso).

Ou seja, estaria aí a principal funcionalidade da heterogeneidade estrutural dentro do sistema capitalista brasileiro, não sendo uma impossibilidade ao seu desenvolvimento e reprodução ampliada. Pelo contrário, a combinação dos baixos salários com os elevados ganhos de produtividade resultariam em uma acumulação em níveis altíssimos, acompanhada de uma desigualdade em níveis cada vez mais elevados.

Com talento, Oliveira desvendou o que constituiu um dos motivos para existência de preços elevados na economia brasileira, quando comparado aos países centrais. Isso foi, mais uma vez, resultado da heterogeneidade estrutural presente na sociedade:

“(P)ouco importa, para a rationale da acumulação, que os preços nacionais sejam mais altos que os dos produtos importados: ou melhor, *é preciso exatamente que os preços nacionais sejam mais altos*, pois ainda quando eles se transmitam interindustrialmente a outras produções e exatamente por isso elevem também a média dos preços dos demais ramos chamados “dinâmicos”, do ponto de vista da acumulação essa produção pode realizar-se porque a redefinição das relações trabalho-capital deu lugar à concentração de renda que torna consumíveis os produtos e, por sua vez, reforça a acumulação, dado que a alta produtividade dos novos ramos em comparação com o crescimento dos salários dá um “salto de qualidade”, reforçando a tendência à concentração da renda.” (Op. Cit., p. 51, grifo nosso).

Ou seja, o elevado preço dos produtos nacionais, vis a vis seus equivalentes importados, faz com que a acumulação interna das empresas seja mais alta do que seria caso suas margens de lucros fossem menores. Como o poder aquisitivo da população dos estratos de renda mais elevado é muito maior que a dos estratos mais baixos (dada a heterogeneidade estrutural e sua consequente desigualdade de renda), essa parcela da população passa a ser capaz de consumir esses produtos de maior valor agregado, exatamente os que contam com margens mais elevadas. Logo a reprodução do sistema se dá com base em altos preços para uma demanda reduzida.

Concluindo, então, de forma única e sagaz, disse Oliveira:

“(O) processo descrito, em seus vários níveis e formas, constitui o modo de acumulação global próprio da expansão do capitalismo no Brasil no pós anos 1930. A evidente desigualdade de que se reveste que, para usar a expressão famosa de Trotsky, é não somente desigual mas combinada, é produto antes de uma base capitalística de acumulação razoavelmente pobre para sustentar a expansão industrial e a conversão da economia pós anos 1930, que dá existência de setores “atrasado” e “moderno”. Essa combinação de desigualdades não é original; em qualquer câmbio de sistemas ou de ciclos, ela é, antes, uma presença constante. *A originalidade consistiria talvez em dizer que – sem abusar do gosto pelo paradoxo – a expansão do capitalismo no Brasil se dá introduzindo relações novas no arcaico e reproduzindo relações arcaicas no novo, um modo de compatibilizar a acumulação global, em que a introdução das relações novas no arcaico libera força de trabalho que suporta a acumulação industrial-urbana e em que a reprodução de relações arcaicas no novo preserva o potencial de acumulação liberado exclusivamente para os fins de expansão do próprio novo.* (...) Nas condições concretas descritas, *o sistema caminhou inexoravelmente para uma concentração da renda, da propriedade e do poder, em que as próprias medidas de intenção corretiva ou redistributivista – como querem alguns – transformaram-se no pesadelo prometeico da recriação ampliada das tendências que se queria corrigir.*” (Op. Cit., p. 59-60, grifo nosso)

Em outras palavras, o grande diferencial do que ocorreu no Brasil se deu pelo surgimento de um fenômeno novo no setor arcaico, atrasado, da economia, que passou a ser essencialmente funcional ao setor moderno, ao invés de ser absorvido por ele. Isso permitiu um aumento da expansão do capitalismo em território nacional, dado o novo potencial de acumulação surgido com a compressão dos salários em níveis muito baixos, compatíveis com uma economia arcaica, e não moderna. Assim, o sistema colocado em prática no Brasil acabou por gerar, de forma aparentemente paradoxal em

um primeiro momento, uma ampliação do processo de heterogeneidade estrutural, tornando a concentração de renda, da propriedade e do poder ainda maior do que no início de seu processo.

### III.3 – Críticas à teoria cepalina

Outro importante questionamento de Oliveira ao pensamento cepalino tratou da forma como este via a questão do salário mínimo:

“Segundo o ponto de vista cepalino, os níveis “artificiais” de fixação do salário mínimo induziram uma precoce elevação do capital fixo na composição orgânica do capital, estimulando inversões capital-intensivas que têm por efeito – no referido modelo – diminuir o multiplicador de empregos das novas inversões, baixar a relação produto capital, conduzindo ao estreitamento progressivo do mercado e, a longo prazo, à queda da taxa de lucro, e consequentemente da taxa de crescimento, *reforçando o modelo de dualidade da economia.*” (Op. Cit., p. 37, grifo nosso).

Oliveira desmentiu o argumento cepalino com dados empíricos e por não considerar a influência das relações internacionais sobre a função da produção, que, de seu ponto de vista, potencializava, por conta da absorção de tecnologia, uma base de acumulação razoavelmente pobre.

Oliveira também divergiu de Furtado, por este apontar, de forma equivocada, uma oposição direta entre os setores “atrasados” e “modernos” da economia. Para Furtado, como previamente visto no capítulo II desse presente trabalho, o setor atrasado da economia constituía em um obstáculo ao desenvolvimento, tendo, por isso, que ser superado caso se buscasse uma continuidade do crescimento econômico. Oliveira, como observado, rechaça essa tese, demonstrando a funcionalidade fundamental que o setor atrasado ganhou no novo modelo de desenvolvimento posto em prática no país.

Além disso, Oliveira argumentou que, ao contrário do que sustentavam os cepalinos, os custos de produção agrícola *não* representavam um obstáculo à formação do mercado industrial, pois, segundo dados empíricos apresentados por ele (Op. Cit., p. 45), os preços dos gêneros alimentícios cresceriam a uma taxa muito menor que a dos preços industrializados. Oliveira foi enfático ao afirmar que:

“(A) indústria, como tal, nunca precisou do mercado rural como consumidor, ou melhor dizendo, nunca precisou de incrementos substantivos do mercado rural para



viabilizar-se. (...) Assim, a orientação da indústria foi sempre e principalmente voltada para os mercados urbanos não apenas por razões de consumo mas, primordialmente, porque o modelo de crescimento industrial seguido é que possibilita adequar o estilo desse desenvolvimento com as necessidades da acumulação e da realização da mais-valia: um crescimento que se dá por concentração, possibilitando o surgimento dos chamados setores de “ponta”. Assim, não é simplesmente o fato de que, em termos de produtividade, os dois setores – agricultura e indústria – estejam distanciando-se, que autoriza a construção do modelo dual; *por detrás dessa aparente dualidade, existe uma integração dialética*” (Op. Cit. 47, grifo nosso).

Oliveira foi além e afirmou que a agricultura tinha um papel *fundamental* dentro do paradoxo da heterogeneidade, tanto por sua função de fornecedora de força de trabalho, quanto no fornecimento de alimentos para o restante da economia. Assim, sua relação com a indústria seria uma peça chave na lógica da expansão capitalista no Brasil. Isso, segundo ele, não era claramente visualizado por Celso Furtado, que insistia em ver nessa relação um fator de contenção ao crescimento do capitalismo nacional e, conseqüentemente, da economia como um todo.

O autor também contestou no modelo cepalino a falta do conceito de “mais-valia”, além da ausência de uma maior ênfase na questão das posições monopolísticas das empresas, capazes de elevar os preços dos produtos sem enfrentar maiores problemas. Da mesma forma, ele também afirmou que, ao contrário do apontado pela escola cepalina, “foram as necessidades da *acumulação e não as do consumo* que orientaram o processo de industrialização: a “substituição de importações” é apenas a forma dada pela crise cambial, a condição necessária, porém não suficiente.” (Op. Cit., 50, grifo nosso).

O autor destacou também que o setor terciário da economia não era “inchado”, no sentido de danoso ao sistema econômico vigente, mas fundamental a ele. Ele era parte integrante do sistema e só existia exatamente por conta da profunda heterogeneidade dominante na economia (Op. Cit. p. 57). Na sua crítica direta a Furtado:

“(C)onforme a hipótese já formulada, o mercado para os produtos industriais dos novos ramos assentava-se exatamente numa distribuição extremamente desigualitária da renda, a qual estava muito longe de constituir-se em obstáculo ao crescimento, como supõem Furtado e todos os seguidores do dual-estruturalismo cepalino. Os altos preços dos produtos nacionais que substituíam os importados, antes

de frearem a demanda, produzirem capacidade ociosa, baixarem a relação produto/capital, eram adequados à distribuição da renda e cumpriam o papel de reforçar a acumulação, mediante o incremento dos diferenciais salários/produtividade. Uma crise de realização do tipo clássico existiria se, mantendo-se altos os preços dos produtos nacionais, a distribuição da renda fosse mais igualitária, e não o contrário. Apoiando-se numa tal estrutura, a política econômica pós-1964 avançou na progressão em direção a uma concentração ainda mais extremada." (Op. Cit. p. 96)

Ou seja, Oliveira se contrapôs totalmente à teoria estagnacionista furtadiana, exposta no capítulo anterior desse trabalho. Não só Furtado estava equivocado ao sinalizar a impossibilidade da continuidade do crescimento e da expansão capitalista no Brasil por conta da heterogeneidade crônica, mas, ao contrário, seria exatamente o aprofundamento desse modelo de desigualdade que iria gerar um novo dinamismo na economia e permitir a expansão, em escala nacional nunca antes vista, do crescimento econômico.

A afirmação de Oliveira é confirmada por Singer (1986), que demonstrou, através de dados empíricos (SINGER, 1986, p. 65; 76), o nível extremo de concentração de renda ocorrido no período da ditadura militar. Ele também deixou claro como a concentração de renda não representou um obstáculo ao crescimento, como previa Furtado, senão incentivou sua expansão, gerando um tipo de desenvolvimento perverso.

No seu posfácio de 2003, intitulado “O Ornitorrinco”, Oliveira retomou sua teoria original e realizou uma análise posterior de seu livro, demonstrando como a história veio a lhe dar razão. Ou seja, verificou-se a reprodução e *ampliação* de um sistema baseado em sua desigualdade profunda e *apesar* dela. Isto é, o ornitorrinco a que ele se refere seria nada mais do que a “exacerbação da heterogeneidade estrutural” (Op. Cit., p. 150), a reprodução de uma sociedade “bizarra” (assim como o animal) que alia crescimento econômico com o aumento das desigualdades sociais e da pobreza relativa. Ou seja, a triste confirmação de sua crítica à teoria cepalina e a Furtado.

### **III.4 – Outra crítica a Furtado: Tavares e Serra em “Além da Estagnação”**

No famoso texto “Além da Estagnação” (1972), Maria da Conceição Tavares e José Serra fariam, assim como Oliveira, uma crítica direta à teoria estagnacionista de

Furtado. As críticas desses autores, entretanto, estariam em grande parte relacionadas ao trabalho de Furtado e Maneschi (1969) e seu modelo matemático, anteriormente mencionados nesse presente trabalho. Esse texto contaria com auxílio de Aníbal Pinto e, ainda que não se refira à questão da heterogeneidade estrutural diretamente, deixa clara a existência dessa característica, como será observado adiante. Sua apresentação aqui se faz necessária dado o carácter complementar que ela acaba tendo em relação à obra de Oliveira, ainda que possua uma base teórica e metodológica distinta.

Segundo esses autores, a situação da América Latina no momento histórico em que Furtado havia formulado sua teoria não era da instalação de uma crise permanente, ou de longa duração, mas sim uma transição a um novo tipo de modelo de desenvolvimento capitalista. Esse novo esquema, reforçam, viria atrelado a um aumento ainda mais elevado das características do antigo modelo substitutivo de importações, em especial a exclusão social, a concentração espacial e o atraso de alguns subsectores econômicos, com níveis de produtividade bem mais reduzidos. Em outras palavras, esse novo tipo de desenvolvimento não só se reproduziria apesar da heterogeneidade estrutural, mas também elevava a um crescimento ainda maior dela. Assim, “(m)arginalidade, desemprego estrutural, infraconsumo, etc, não constituem em si mesmo, nem necessariamente, problemas fundamentais para a dinâmica da economia capitalista, ao contrário do que ocorre, por exemplo, com os problemas relacionados com a absorção de poupanças, oportunidades de investimento e etc”. (TAVARES; SERRA, 1972, p. 157) O capitalismo brasileiro teria se constituído de tal forma que seu dinamismo interno seria capaz de autogerar fontes de estímulo e expansão, apesar de todas as mazelas sociais existentes, e ainda levando ao aprofundamento destas. Ou seja, uma análise muito próxima da realizada por Oliveira.

Mencionando diretamente o texto “Um Modelo Simulado de Desenvolvimento e Estagnação na América Latina” (1969), Tavares e Serra afirmariam que a crise de esgotamento produtivo que teria passado o Brasil estava muito mais relacionada com a redução da taxa de investimentos e pelos fatores responsáveis por isso do que com um declínio da relação produto-capital, como o apontado por Furtado. A simplificação realizada por Furtado de igualar todas as taxas de lucro da economia, em especial as dos sectores industriais não seria o visto de fato na realidade e comprometeria o resultado de seu modelo em face à realidade observada. Furtado teria “vestido a camisa de força de

um modelo neoclássico de equilíbrio geral” ao considerar esse processo de igualdade das taxas de lucro das diversas indústrias da economia, assim como dos salários.

A crise econômica pela qual o Brasil teria passado teria tido origem, como afirmara Furtado, no esgotamento do dinamismo da industrialização baseada na substituição de importações. Esse esgotamento surgiria do problema da demanda altamente concentrada, que limitaria a diversificação e expansão do consumo dos grupos médios, novamente da mesma forma que a exposta por Furtado, mas também pela limitação existente do financiamento de recursos privados necessários a esta expansão.

Essa restrição do financiamento teria origem na evolução da relação excedente-salários e, no caso do investimento público, na relação gastos-carga fiscal. Assim, o crescimento do sistema econômico se encontraria naquele momento limitado pela falta de recursos para os novos investimentos e pela falta da demanda necessária. Todos esses fatores restritivos seriam ainda mais fortalecidos pelo descontrole inflacionário, criador de um aumento da pressão salarial, acompanhada de uma redução de “lucros ilusórios inflacionários”, gerando uma queda na capacidade de investimento das empresas. Somado a isso teria ocorrido também uma redução dos gastos públicos e do capital estrangeiro (este por conta da lei de João Goulart de restrição e controle das remessas de lucros), reduzindo ainda mais o nível de investimento. (TAVARES; SERRA, 1972, p. 168-170)

A solução para isso, e que Furtado não teria sido capaz de observar como uma possibilidade naquele momento, viria com o aumento da relação excedente-salários, gerada pela política salarial do governo militar, que além de aumentar o excedente das empresas disponível para novos investimentos, também alteraria a composição da demanda, com a formação de uma camada média e alta de consumidores, em detrimento da massa de trabalhadores menos qualificados. Ao mesmo tempo teriam sido realizadas importantes reformas – tributárias e no mercado de capitais – responsáveis por uma recuperação e incentivo do financiamento tanto do setor público quanto do privado. O aumento da participação do capital internacional nos investimentos internos também teriam se elevado, permitindo uma elevação ainda mais vigorosa da taxa de investimento. O resultado disso seriam as altíssimas taxas de investimento e

crescimento observadas no período, indo na direção completamente oposta da ideia de estagnação de Furtado.

Assim, o capitalismo brasileiro teria se mostrado capaz de superar o período de desaceleração do crescimento, com um ajuste na estrutura da demanda (agora ainda mais “perversa”<sup>15</sup>, em termos furtadianos), com uma maior acumulação de recursos para o investimento, resultado, em sua maior parte, da compressão salarial. É nesse ponto que se encontra o que teria sido um dos maiores equívocos de Furtado: por considerar em seu modelo os salários reais da indústria não só estáveis, mas regulados pelos setores de subsistência, teria ignorado esse fator chave para a recuperação econômica do período.

Essa visão de Tavares e Serra se complementa muito bem com a visão de Oliveira, dado que expõe, ainda que em outros termos, o ponto focal da análise de Oliveira, da utilização da compressão salarial como forma de permitir o aumento da expansão capitalista no Brasil. Mais do que isso, ela deixa claro como o Estado brasileiro teve um papel direto nessa questão, ao realizar medidas institucionais que permitiram o arrocho salarial e o aumento do financiamento disponível para novos investimentos. Mais do que isso, a problemática do mercado consumidor limitado seria resolvida com o próprio aumento da heterogeneidade estrutural, que teria permitido o surgimento de uma nova classe média e alta, capaz de consumir produtos de maior valor agregado (da nova fase de substituição de importações), gerando assim uma demanda grande o suficiente para a existência de ganhos de escala na produção de tais bens duráveis.

### **III.5 – Conclusão**

Nesse capítulo foi analisada a crítica de Francisco de Oliveira à ideia de dualidade e heterogeneidade estrutural cepalina, tal qual como exposta em seu livro de 1973. O ponto focal da crítica de Oliveira se encontra na ideia de que a heterogeneidade estrutural, ao invés de representar um obstáculo à reprodução capitalista brasileira, teve uma funcionalidade muito clara. Essa funcionalidade se encontraria fundamentada na manutenção de um nível muito baixo de salários, medida essa induzida diretamente pelo próprio Estado e responsável pela manutenção e ampliação dos desníveis de renda e

---

<sup>15</sup> Com alta heterogeneidade estrutural e social.

produtividade. Seria essa baixa remuneração do fator trabalho que permitira uma elevação da taxa de lucro e, conseqüentemente, ampliaria a acumulação, resultando em um crescimento econômico nacional recorde.

Assim, ao contrário do que havia previsto Furtado, a economia brasileira foi capaz de se recuperar de sua crise passageira, aprofundando o modelo perverso de concentração de renda com base exatamente na intensificação do fenômeno da heterogeneidade estrutural.

Ainda que numa perspectiva teórica distinta da de Oliveira, Tavares e Serra também chegariam à mesma conclusão, demonstrando que Furtado não foi capaz de prever a possibilidade da ampliação e reprodução do sistema em outras bases que não a de uma mudança estrutural profunda com superação da heterogeneidade estrutural. O trabalho desses autores complementa, de forma indireta, as observações de Oliveira.

## COMENTÁRIOS CRÍTICOS FINAIS

Esse trabalho sistematizou uma análise do conceito de heterogeneidade estrutural de acordo com Celso Furtado, claramente inspirado da definição pioneira de Aníbal Pinto. Para Furtado, tal característica resultaria em uma grande dificuldade para o prosseguimento do crescimento da economia brasileira.

Procedemos igualmente a uma breve síntese da teoria de Francisco de Oliveira e demonstramos como ela pode ser interpretada como crítica à teoria estagnacionista de Furtado.

Nesse percurso, buscamos inicialmente sintetizar as ideias dos autores que antecederam esse debate, com o intuito de demonstrar a evolução desse pensamento e de como ele influenciaria as ideias de Furtado e Oliveira. Assim, analisamos a ideia de dualidade presente em Boeke e em Lewis, e depois visualizamos a compreensão da ideia de “dualidade básica da economia brasileira” em Rangel. Retomamos, então, o conceito de heterogeneidade estrutural tal qual formulado originalmente por Aníbal Pinto, cuja influência sobre todos os cepalinos seria marcante.

Após analisar a teoria de Furtado e de Oliveira, chegamos à conclusão de que as duas não são totalmente excludentes, mas sim, em grande parte, complementares. Com isso, se fez necessário analisar ambas as teorias lado a lado. É importante lembrar, entretanto, que a base teórica e ideológica de Oliveira é muito diversa da de Furtado, o que traz certa dificuldade na análise comparativa de ambas as teorias.

O que tal leitura crítica de Oliveira faz, em grande parte, é adicionar um elemento ausente na teoria de Furtado, que é uma análise de cunho mais “sociológico”, se assim se pode dizer, tão presente no marxismo. Não obstante, ela diverge fortemente em um ponto específico, que é a ideia da heterogeneidade estrutural como um obstáculo ao crescimento. Isso, no entanto, só pode ser entendido a partir do momento em que se percebe qual a relação fundamental que existe entre dois fatores, e que faz Oliveira se chocar diretamente com a teoria estagnacionista de Furtado: a questão dos salários e da acumulação por parte dos setores capitalistas da economia.

Dessa forma, a teoria de Oliveira incorpora um elemento fundamental à análise cepalina, que é a visualização da luta de classes dentro da formação econômica brasileira. Isso torna possível a visualização de toda a questão por outro prisma, o que ajuda a compreender, principalmente, a manutenção da grande polarização social, claramente representada pelo conceito cepalino de heterogeneidade estrutural, derivado da ideia de dualidade.

É desse ponto que se percebe um dos elementos de principal discordância entre as duas teorias, que é a compreensão, absurdamente clara na teoria de Oliveira, da *funcionalidade* da heterogeneidade estrutural. Assim, a situação só permaneceria imutável por conta dessa característica, extremamente vantajosa para a elite capitalista. Com isso, a dualidade se *perpetuaria* ao longo do tempo, permitindo uma verdadeira anomalia, que seria o surgimento de um capitalismo que se expande ao mesmo tempo em que leva consigo um setor atrasado, porém funcional a ele mesmo. Isso seria a maior representação de uma economia periférica, aspecto manifesto no caso brasileiro.

Como demonstrado, a teoria de Furtado era imprecisa, por considerar improvável, se não impossível, a continuação do crescimento econômico brasileiro em concomitância com a permanência, ou aumento, da heterogeneidade estrutural. Essa conclusão seria fortalecida pela tese de Tavares e Serra, que demonstrariam de forma muito objetiva os equívocos de Furtado. Oliveira provaria, em especial com o posfácio de seu livro (“O Ornitorrinco”), que, à luz da realidade, o que ele previa em seu texto original de fato ocorreu, ou seja, um crescimento econômico não apenas concomitante ao aumento da heterogeneidade estrutural, mas também funcional ao mesmo, e claramente agravado. Nesse sentido, a metáfora do ornitorrinco é pungente e expressiva.

A história veio provar a validade da teoria de Oliveira. Não só o capitalismo brasileiro foi capaz de se expandir, levando o país à posição de sétima economia mundial, como manteve sua estrutura básica ceivada de contradições e disfunções inabalável e até mesmo fortalecida. Assim, de forma quase que paradoxal, o crescimento levou a um aprofundamento da heterogeneidade estrutural, como apontado empiricamente por alguns autores contemporâneos (FEIJO & LAMONICA, 2014, p. 22; ROCHA, 2003; LAVINAS, 2015), o que significou uma pequena, ou nula, melhora *relativa* da qualidade de vida para boa parte da população. O próprio Furtado viria, em análises posteriores, a dar sinais de concordância com tais críticas. Mais do que isso,



Furtado passa a ter uma visão mais apurada da problemática de se obter um “desenvolvimento autêntico”, isso é, um crescimento com diminuição da heterogeneidade. Ou seja, seria realmente possível ao país crescer e continuar o seu “desenvolvimento” econômico mantendo elevado nível de heterogeneidade e concentração de renda. (FURTADO, 1991; FURTADO, 2004)

A experiência dos últimos anos, com o governo de Luís Inácio Lula da Silva e, posteriormente, de Dilma Rousseff, parece corroborar essa ideia. Ainda que inicialmente tenha ocorrido uma melhora substancial nos níveis de miséria e pobreza, com uma atuação maior do Estado sobre os setores mais marginalizados da sociedade, esses avanços foram ainda muito tímidos (LAVINAS, 2013; 2015), não chegando a serem suficientes para sanar o problema da heterogeneidade estrutural na base da economia brasileira (BIELSCHOWSKY & MUSSI, 2013, p. 155; MEDEIROS, 2004).

O surgimento de uma “nova classe média”, com o aumento da renda e, principalmente, do consumo, de parte da população anteriormente excluída na periferia do sistema, não levou a uma alteração de fato no nível de heterogeneidade. O que se observou, na realidade, foi a inserção dessa população em um mercado de consumo de massas, auxiliada pela vigorosa ampliação do setor de crédito - tendo como colateral a política social, de iniciativa do próprio governo (LAVINAS, 2015) - e por uma taxa de câmbio valorizada. Isso fez com que o consumo fosse alimentado pelo aumento das importações, e não impactasse estruturalmente na produção interna, reproduzindo mais uma vez os padrões de consumo dos países centrais. O resultado, ainda que controverso, foi a estagnação da indústria e uma balança de pagamento desfavorável, sem a ocorrência de mudanças estruturais ou o acesso a serviços públicos universais não mercantilizados (LAVINAS, 2013). Ao mesmo tempo, a concentração de renda permaneceu em patamares muito elevados. De acordo com dados da PNAD de 2013, o GINI desse mesmo ano revela que os 40% mais pobres da distribuição detinham 11% da renda nacional, percentual equivalente ao 1% mais rico. Um reflexo claro de nossa ainda alta heterogeneidade estrutural e uma demonstração de como ainda precisamos avançar. Curiosamente, Aníbal Pinto (1976, p. 65, 75) já advertia para essas questões, que, como mencionado, apenas tendiam a perpetuar a questão da heterogeneidade estrutural.

Mais do que isso, a crise iniciada após 2011 parece colocar em risco esses ganhos obtidos até o momento, com uma forte retração do papel de atuação direta do Estado e uma abertura ainda maior ao livre mercado, o que, dentro de uma sociedade já previamente muito desigual, só tende a aumentar e reproduzir os contrastes. Curiosamente, um dos principais fatores de destaque na teoria de Oliveira, o salário mínimo, teve um forte ganho ao longo desse período, o que é apontado por muitos autores contemporâneos (LAVINAS, 2013A; SABOIA, 2007) como o elemento mais importante para a redução recente da miséria e da pobreza, assim com para uma ligeira diminuição da desigualdade social.

Entretanto, esse ganho salarial recente parece estar sendo posto em risco nesse momento, tanto pela alegação de que os salários se encontram em um patamar muito elevado, dado o nível médio de produtividade (OREIRO, 2014), quanto pela própria fórmula de correção, que o indexa à taxa de crescimento da economia, tornando seus ganhos praticamente nulos em um cenário de estagnação econômica. Logo, esse fenômeno gera a indagação de se não estaríamos presenciando a pressão capitalista, tal qual exposta originalmente por Oliveira, da redução dos salários reais em relação aos lucros.

Não sabemos, ao certo, o que aguarda o futuro ao Brasil, porém, se Oliveira continuar a ser preciso em suas previsões, as chances de uma redução efetiva da heterogeneidade estrutural parecem muito remotas. Assim, abandonar as arramas do subdesenvolvimento crônico ao qual parecemos estarmos presos se mostra uma tarefa muito árdua, que, talvez, só possa vir a ser rompida com uma grande quebra de paradigma.

Por conta de tudo o que foi exposto nesse trabalho, aos que acreditam no ideal de um país mais justo e menos desigual talvez só reste o difícil caminho de buscar uma revolução silenciosa e lenta, a qual só parece ser realmente possível através do conhecimento da população marginalizada de sua real posição econômica, social e histórica. Esperamos que o futuro contraponha-se às previsões de Oliveira e que o sonho de Furtado de um desenvolvimento com a redução das desigualdades torne-se realidade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERTOLA L.; OCAMPO J. A. The Economic Development of Latin America Since Independence (Initiative for Policy Dialogue). Oxford University Press, 2012. Capítulo 3. pp. 81 a 137.

BIELSCHOWSKY, R. & MUSSI, C. Padrões de desenvolvimento na economia brasileira: a era desenvolvimentista (1950-1980) e depois. in PADRÕES DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (1950–2008): América Latina, Ásia e Rússia. – Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2013. v.1.

BIELSCHOWSKY, R. Contribuições de Furtado ao Estruturalismo, Revista CEPAL, Número Especial em Português, 2006.

BIELSCHOWSKY, R. Sesenta años de la CEPAL: estructuralismo y neoestructuralismo. Revista de la CEPAL, Santiago, Chile, n.97, 2009. p. 173-194.

\_\_\_\_\_. Vigência das contribuições de Celso Furtado ao estruturalismo. Revista da CEPAL, número especial em português, 2005.

CEPAL, “El Segundo Decenio de las Naciones Unidas: Movilización de recursos internos”, Período de Sesiones 13; Lima, 14-23 abril, 1969.

FAJNZYLBBER, F. Industrialização na América Latina: Da “caixa preta” ao conjunto vazio, 1992. Edição Digital.

FEÍJO, C.; LAMONICA, M. A Kaldorian approach to catch up and structural change in economies with high degree of heterogeneity: theory and Brazilian experience. Universidade Federal Fluminense. Working Paper, 2014. Versão Digital disponível em: [http://www.akb.org.br/upload/130820121616222440\\_Marcos%20Lamonica%20e%20Carmem%20Feijo.pdf](http://www.akb.org.br/upload/130820121616222440_Marcos%20Lamonica%20e%20Carmem%20Feijo.pdf). Acesso em julho de 2015.

FIELDS, S. G. Dualism in the Labor Market: A Perspective on the Lewis Model After Half a Century. Cornell University, ILR Collection. 2004.

FURTADO, C. Elementos de uma Teoria do Subdesenvolvimento. In Celso Furtado. Essencial. Coleção Clássicos. Rio de Janeiro: Penguin-Cia das Letras, 1961. pp. 113-140.

\_\_\_\_\_. La Naturaleza del Centro Ciclico Principal, 1990. Edição Digital.

\_\_\_\_\_. O subdesenvolvimento revisitado, 1973A. Versão Digital.

\_\_\_\_\_. Subdesenvolvimento e Dependência: as conexões fundamentais. In Celso Furtado. Essencial. Coleção Clássicos. Rio de Janeiro: Penguin-Cia das Letras, 2014 [1973B]. pp. 176-196.

\_\_\_\_\_. Development and Stagnation in Latin America: A Structuralist Approach, Studies in Comparative International Development, Vol. I, N.º 11, 1965.

ITAGAKIA, Y. Review of the concept of the "dual economy". Hitotsubashi University, Tokyo, Yūhikaku, 1968.

LAVINAS, L. 2013 a. 21st Century Welfare. New Left Review, n. 84, November-December 2013, p. 5-40.

\_\_\_\_\_. 2013. Notas sobre os desafios da redistribuição no Brasil. Fonseca, Ana e Eduardo Fagnani (orgs.) (2013). Políticas sociais, desenvolvimento e cidadania. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, tomo 1, p. 99-143.

\_\_\_\_\_. 2015. “Modelo Social” em Crise. Revista Política Social e Desenvolvimento. Vol. 18, ano 3, abril 2015, p. 29-36.

LEWIS, W. A. A teoria do desenvolvimento econômico. Tradução de Alfredo Moutinho dos Reis e Olavo Miranda. -- Rio de Janeiro : J. Zahar, 1960.

\_\_\_\_\_. Economic Development with Unlimited Supplies of Labour, 1954.

MARX, K. O Capital: crítica da economia política. Coleção os Economistas. 1996 [1867]. Capítulo XXIII.

MEDEIROS, C. Desenvolvimento Econômico, Heterogeneidade Estrutural e Distribuição de Renda no Brasil. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 13, n. 2 (23), p. 169-174, jul./dez. 2004.

OLIVEIRA, F. A economia da dependência imperfeita. 5. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

\_\_\_\_\_. A Navegação Venturosa: Ensaio sobre Celso Furtado. São Paulo: Boitempo, 2003.

\_\_\_\_\_. Crítica à Razão Dualista. Editora Boitempo, 2003 [1973]. Edição Digital.

OREIRO, J. Muito além do tripé. *Jornal Valor Econômico*, 10/01/2014. Versão Digital. Disponível \_\_\_\_\_ em [http://www.bresserpereira.org.br/terceiros/2014/janeiro/14.01.Muito\\_al%C3%A9m\\_do\\_trip%C3%A9.pdf](http://www.bresserpereira.org.br/terceiros/2014/janeiro/14.01.Muito_al%C3%A9m_do_trip%C3%A9.pdf) Acesso em julho de 2015.

PINTO, A. A CEPAL e o Problema do Progresso Técnico, 1976. Edição Digital.

\_\_\_\_\_. Concentración del progreso técnico y de sus frutos en el desarrollo de América Latina, *El trimestre económico*, Nº 125, México, D.F., Fondo de Cultura Económica, 1965.

\_\_\_\_\_. Distribuição de renda na América Latina e desenvolvimento. Tradução de Celina Whately. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976A.

\_\_\_\_\_. Heterogeneidade Estrutural y Modelo de Desarrollo Reciente de la América Latina, 1976B.

\_\_\_\_\_. Heterogeneidade estrutural e modelo de desenvolvimento recente, 1970A. IN SERRA, J. (Coord). *América Latina: ensaios de interpretação econômica*. Paz e Terra, RJ, 2ª. Ed, 1979.

\_\_\_\_\_. Naturaleza e Implicaciones de la Heterogeneidad Estructural de la América Latina, 1970B. Edição Digital.

\_\_\_\_\_. Natureza e implicações da “heterogeneidade estrutural” da América Latina, 1970C. in BIELSCHOWSKY, R. Cinquenta anos de pensamento na CEPAL /

organização de Ricardo Bielschowsky ; [tradução de Vera Ribeiro]. Rio de Janeiro: Record, 2000. Edição Digital.

PREBISCH, R. Cinco etapas de mi pensamiento sobre el desarrollo. 1987. Edição Digital.

\_\_\_\_\_. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus principais problemas, 1949. Edição Digital.

RANGEL, I. A História da Dualidade Brasileira, Revista de Economia Política, Vol. 1, n. 4, 1981.

\_\_\_\_\_. Dualidade básica da economia brasileira, 1957. Edição Digital.

\_\_\_\_\_. Dualidade básica da economia brasileira. Rio de Janeiro. Inst Sup Est Brasileiros, 1957.

\_\_\_\_\_. Introdução ao estudo do Desenvolvimento Econômico Brasileiro, 1957. Edição Digital.

REGO, M. P. & BRESSER-PEREIRA, L. C. Um mestre da economia brasileira: Ignácio Rangel revisitado, 2014. in Felipe Macedo de Holanda, Jhonatan Almada e Ricardo Zimbrão Affonso de Paula, orgs. Ignacio Rangel, Decifrador do Brasil.

ROCHA, F. Heterogeneidade estrutural, composição setorial e tamanho de empresa nos anos 90. Rio de Janeiro: IE/UFRJ, 2003.

RODRÍGUEZ, O. O estruturalismo latino-americano, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

SABOIA, J. O Salário Mínimo e seu Potencial para a Melhoria da Distribuição de Renda no Brasil. IN Desigualdade de renda no Brasil, capítulo 32. IPEA. 2007.

SINGER, P. Repartição da renda: pobres e ricos sob o regime militar. 2. ed. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1986.

TAVARES, M.C. 1930, Desenvolvimento e igualdade / Maria da Conceição Tavares; Vanessa Petrelli Corrêa, Monica Simioni, organizadoras. Rio de Janeiro: IPEA, 2011.

TAVARES, M.C.; SERRA, J. Além da estagnação. In: Da substituição de importações ao capitalismo financeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.